

DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2015



ÍNDICE

	MENSAGEM DA DIREÇÃO	4
PARTE I	INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO	5
I.1.	Introdução	5
I.2.	Análise de conjuntura da área de atuação	5
I.3.	Rendimento da atividade agrícola em 2015	12
I.4.	A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	12
I.4.1.	Atribuições	14
I.4.2.	Orientações estratégicas	15
I.4.3.	Objetivos a atingir	15
I.5.	Enquadramento estratégico	16
PARTE II	AUTOAVALIAÇÃO	18
II.1.	QUAR 2015 – Resultados e desvios	18
II.1.1.	Avaliação global da estratégia definida ao nível do QUAR	19
II.1.2.	Breve análise de realização dos indicadores	21
II.1.3.	Considerações acerca da execução das atividades realizadas e prossecução dos objetivos	25
II.1.4.	Avaliação das Unidades Homogéneas – Delegações Regionais	35
II.1.5.	Monitorizações e alterações	35
II.2.	Plano de Atividades – análise dos resultados	35
II.3.	Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados	36
II.4.	Avaliação do Sistema de Controlo Interno	39
II.5.	Ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes	39
II.6.	Medidas a adotar para um reforço positivo do desempenho	40
II.7.	Comparação com o desempenho de serviços idênticos	41
II.8.	Audição dos dirigentes intermédios e demais colaboradores	41
PARTE III	RECURSOS AFETOS	42

III.1.	Recursos humanos	42
III.2.	Recursos financeiros	44
PARTE IV	SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA	44
IV.1.	Apuramento dos resultados do Plano de Atividades	45
PARTE V	BALANÇO SOCIAL	45
PARTE VI	AVALIAÇÃO FINAL	45
VI.1.	Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados obtidos	45
VI.2.	Breve análise sobre a execução global do Plano de Atividades e seu reflexo na articulação com os objetivos da política pública	46
VI.3.	Proposta de menção qualitativa pelo Dirigente Máximo do serviço	48
VI.4.	Conclusões Prospetivas	48
PARTE VII	ANEXOS	49

MENSAGEM DA DIREÇÃO

Ao olharmos para o ano de 2015 é impossível não sentirmos um reconfortante sentimento de dever cumprido. Atingimos os objetivos que nos foram dados, nomeadamente nas tarefas delegadas do IFAP, no PRODER, no PDR2020 e no PROMAR, mantivemos todas as outras que nos incumbem com elevados níveis de eficiência e eficácia, ao mesmo tempo que fomos capazes de ultrapassar dificuldades e imponderáveis que surgiram em várias das nossas atividades, como por exemplo no caso do VITIS. A interação com as Organizações de Agricultores e com os nossos demais interlocutores foi intensa e frutuosa. Até nos lançámos em novos desafios. Por isso a leitura e análise deste nosso relatório deve ser feita com um profundo respeito e, ao mesmo tempo, com uma grande satisfação. Na DRAPN somos uma grande equipa. O sector agroalimentar de Portugal pode contar connosco. Bem hajam.

Manuel Cardoso – Diretor Regional
Adelino Bernardo – Diretor Regional Adjunto
Mário Araújo e Silva – Diretor Regional Adjunto

Mirandela, 13 de Abril de 2016

PARTE I – INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

I.1. Introdução

O presente relatório reflete a atividade desenvolvida pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) no ano de 2015, sendo efetuada uma análise dos resultados atingidos face aos objetivos definidos, dos recursos humanos e financeiros disponibilizados para a prossecução das atividades ora planeadas no Plano de Atividades e, por último, ações concretizadas e resultados alcançados face ao previsto no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) aprovado. Por outro lado, teve em atenção as estratégias de consolidação orçamental e as medidas de política pública consagradas no Programa do XIX Governo constitucional e nas Grandes Opções do Plano para 2012-2015, articuladas com as medidas de consolidação orçamental.

Este documento foi elaborado de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro (D.R. nº 225, I série), que determina a obrigatoriedade da sua apresentação para todos os serviços e organismos da administração pública central, conjugado com o artº 7º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro (D.R. nº 12, I série A), alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto (D.R. nº.166, I série A) e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro (D.R. nº. 244, I série); por outro lado, acolhe as diretrizes da gestão por objetivos aprovadas pelo SIADAP, Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro (D.R. nº 250, I Série, 1º Suplemento). São parte integrante do presente relatório, nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 8º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro (D.R. n.º 250, I Série, 1º suplemento) - (SIADAP), a Autoavaliação do serviço e o Balanço Social.

I.2. Análise de conjuntura da área de atuação

O Território

A região Norte, unidade territorial de nível II, encontra-se dividida em 8 NUT III (Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Douro e Alto Trás-os-Montes), abrange 9 distritos, 86 municípios, possui uma área de 21.286 Km², 175,8 habitantes / km² e a população residente de 3.644.195 (ano 2013), o que equivale a cerca de 34,9% da população do País. Comparativamente à média nacional (113,7 habitantes / km²), possui uma elevada densidade populacional (172,2 habitantes / km²); os seus habitantes residem em 34,8 % das vilas e 46,1 % das freguesias. Na Região Norte as freguesias predominantemente rurais representam cerca de 70% do território, embora só nelas habitem cerca de 10% da população.

As Pessoas e a sua dinâmica

A população residente nos territórios NUTS III da Região Norte tem decrescido (considerando o período de 2010 a 2014). Há no entanto diferenças entre as várias NUTS III: a perda de residentes tem sido mais acentuada nos territórios do Norte Interior (Trás-os-Montes, Douro, Alto Tâmega), comparativamente aos territórios do Norte Litoral (Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, Tâmega e Sousa e Alto Minho),

conforme se pode verificar nos gráficos 1 e 2. Excetua-se, porém, a NUT III Cávado, nos anos de 2010 e 2011, cuja população cresceu naquele período, voltando a decrescer em anos subsequentes.

Gráfico 1 – Variação da população residente (%) nos territórios das NUTS III da região Norte (2010 a 2014)

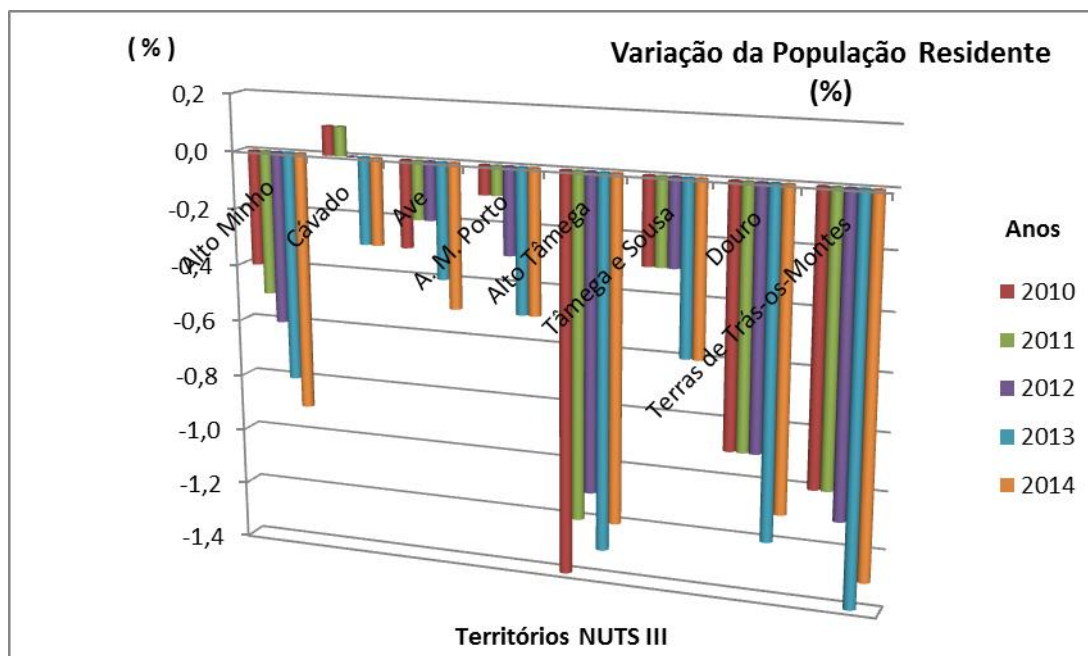
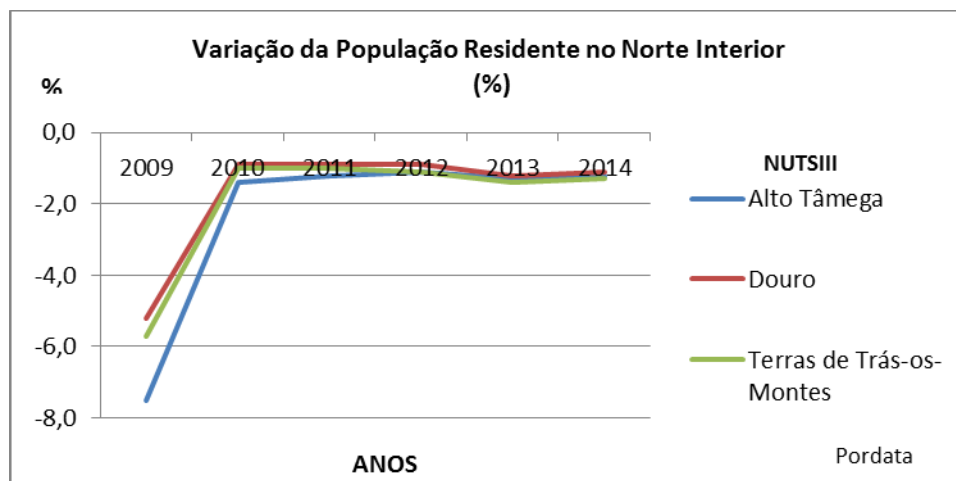


Gráfico 2 – Variação da população residente nas NUTS III do Norte Interior no período de 2009 a 2014



A Economia

O Setor de Atividade Económico Primário

“Agricultura, Produção Animal, Caça, Florestas e Pesca”

Na NUT II Norte estão situadas 37,4 % das explorações que ocupam 17,8% da SAU, sendo a SAU média por exploração de 6,5 ha. Nos últimos anos (2009 a 2013), registou-se um decréscimo de -10,8 % no número de explorações. O abandono da atividade agrícola desde 2009 tem ocorrido, a nível nacional, quase exclusivamente nas pequenas explorações; por outro lado, tem-se registado o aumento da dimensão das explorações agrícolas e uma melhoria dos indicadores laborais.

Analisando as explorações pelo Valor de Produção Padrão Total (VPPT) e por classes de Dimensão Económica (quadro 3), a NUT II Norte revela uma agricultura baseada em explorações de pequena dimensão económica (9,4 mil euros de Valor de Produção Padrão Total por exploração), face aos 17,1 mil euros de Valor de Produção Padrão Total por exploração em Portugal e aos 25 mil euros da UE 28, geridas por produtores envelhecidos (os mais idosos da UE 28) e que em larga maioria têm apenas formação prática (vide quadro 1). A análise do VPPT, por natureza jurídica, revela duas realidades: as empresas agrícolas geraram em 2009 em média um VPPT seis vezes superior ao registado no total das explorações agrícolas, sendo este número 17 vezes superior quando se consideram apenas as sociedades.¹

Quadro 1 – Valor da Produção Padrão Total (VPPT) e Dimensão Económica (DE) por NUTS II

NUTS II	Total			
	Explorações	VPPT		DE
	(nº)	(10 ³ euros)	(%)	(10 ³ euros/expl.)
Portugal	264 419	4 522 865	100,0	17,1
Continente	240 527	4 017 734	88,8	16,7
Norte	98 824	927 510	20,5	9,4
Centro	86 291	1 212 801	26,8	14,1
Lisboa	6 128	307 504	6,8	50,2
Alentejo	37 727	1 436 362	31,8	38,1
Algarve	11 557	133 556	3,0	11,6
Açores	11 825	419 382	9,3	35,5
Madeira	12 068	85 749	1,9	7,1

Como se pode constatar no quadro 2, poucos produtores vivem exclusivamente da agricultura (6,2%), sendo que a maioria complementa o seu rendimento com pensões e reformas (65,3%). Por outro lado, apenas cerca de 15 % dos produtores agrícolas singulares têm formação profissional agrícola e na NUT II Norte essa frequência eleva-se para cerca de 18 %. Na NUT II Norte os produtores agrícolas com atividade a tempo completo na exploração são cerca de 22,4 %, com a idade média de 63 anos. A idade média da mão-de-obra agrícola familiar é de 52 anos ².

¹ INE, A Atividade das Empresas Agrícolas em Portugal 2004-2010. Destaque, 2012.

² INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013, ed. 2014.

Quadro 2 – Indicadores sociais do tecido empresarial agrícola

	Produtores agrícolas singulares com atividade a tempo completo na exploração	Produtores agrícolas singulares mulheres	Produtores agrícolas singulares com formação profissional agrícola	Produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior	Idade média do produtor agrícola singular	População agrícola familiar por 100 habitantes	Idade média da mão-de-obra agrícola familiar
	%	%	%	%	Anos	Nº.	Anos
Portugal	19,50	31,67	15,37	11,39	64	6,5	53
Continente	19,36	31,73	14,12	11,81	64	6,1	54
Norte	22,38	38,91	18,05	11,53	63	7,2	52
Centro	16,46	28,93	13,67	10,16	65	9,8	55
Lisboa	24,97	24,63	17,53	10,25	63	0,5	52
Alentejo	19,04	20,55	14,98	16,78	64	10,7	55
Algarve	13,64	28,40	9,34	12,31	69	5,5	61
R. A. Açores	25,78	14,01	13,16	7,53	56	14,0	44
R. A. Madeira	15,90	47,84	13,71	7,05	61	13,4	49

INE, Indicadores da Agricultura e Floresta por NUTS II, 2013 (INE, nov.2014)

O complemento da atividade agrícola com outras atividades realizadas na exploração e/ou pelos recursos da exploração é ainda pouco relevante, dado que apenas 5,9% das explorações desenvolvem atividades lucrativas não agrícolas, designadamente o turismo rural, a transformação de produtos agrícolas, a produção florestal, a prestação de serviços ou a produção de energias renováveis, como se poderá constatar através da análise do quadro 3 ³. A produção de energias renováveis foi a atividade lucrativa não agrícola da exploração que maior evolução registou (+200,6 %), face a 2009. A produção florestal, com recurso a mão-de-obra, maquinaria e equipamentos da exploração, destaca-se como a principal atividade complementar da atividade agrícola da exploração. A prestação de serviços agrícolas e não agrícolas a terceiros, com recurso a equipamento da exploração, e a transformação de produtos alimentares, bem como o turismo rural e as atividades diretamente relacionadas, apresentam também alguma expressão⁴.

Quadro 3 – Atividades lucrativas não agrícolas da exploração por NUTS II (variação 2009-2013)

	Explorações			Variação (2009-2013)
	(nº)	(%)	No total (%)	(%)
Total	15 567	100,0	5,9	1,8
Turismo rural e atividades diretamente relacionadas	677	4,3	0,3	11,7
Artesanato e transf. de produtos agrícolas não alimentares	25	0,2	0,0	-67,7
Transformação de produtos agrícolas alimentares	1 516	9,7	0,6	32,1
Produção Florestal ¹	11 422	73,4	4,3	5,3
Produção de cortiça	2 030	13,0	0,8	4,3

³ INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013, ed. 2014.

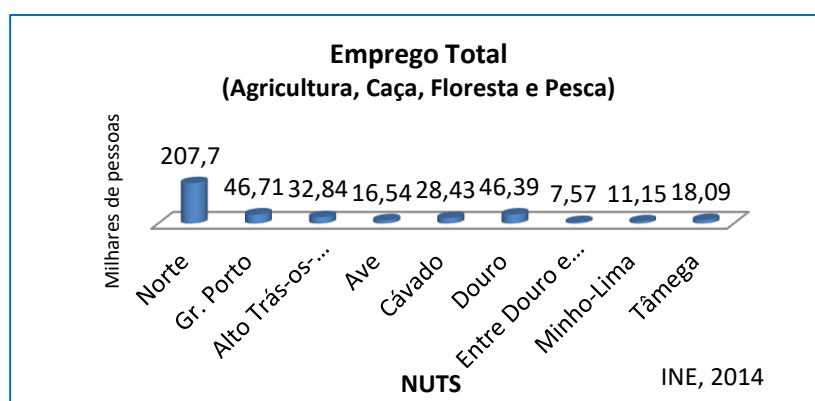
⁴ INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013, ed. 2014

Outra(s)	9 486	60,9	3,6	3,7
Prestação de serviços	1 655	10,6	0,6	-4,9
Prestação de serviços a outras explorações agrícolas	1 366	8,8	0,5	-9,0
Prestação de serviços a outras entidades	416	2,7	0,2	18,6
Transformação de madeira	332	2,1	0,1	181,3
Aquacultura	1	0,0	0,0	-91,9
Produção de energias renováveis	304	2,0	0,1	200,6
Para utilização na exploração	74	0,5	0,0	72,4
Para comercialização	255	1,6	0,1	304,5
Outras atividades lucrativas	360	2,3	0,1	-72,4
NUTSII				
Norte	3 185	20,5	3,2	5,8
Centro	9 832	63,2	11,4	19,5
Lisboa	144	0,9	2,3	-11,7
Alentejo	1 835	11,8	4,9	-10,5
Algarve	425	2,7	3,7	-73,3
Açores	129	0,8	1,1	-37,7
Madeira	17	0,1	0,1	-48,1

¹ Se a gestão do espaço florestal não for efetuada com recursos da exploração não é considerada como atividade lucrativa não agrícola da exploração

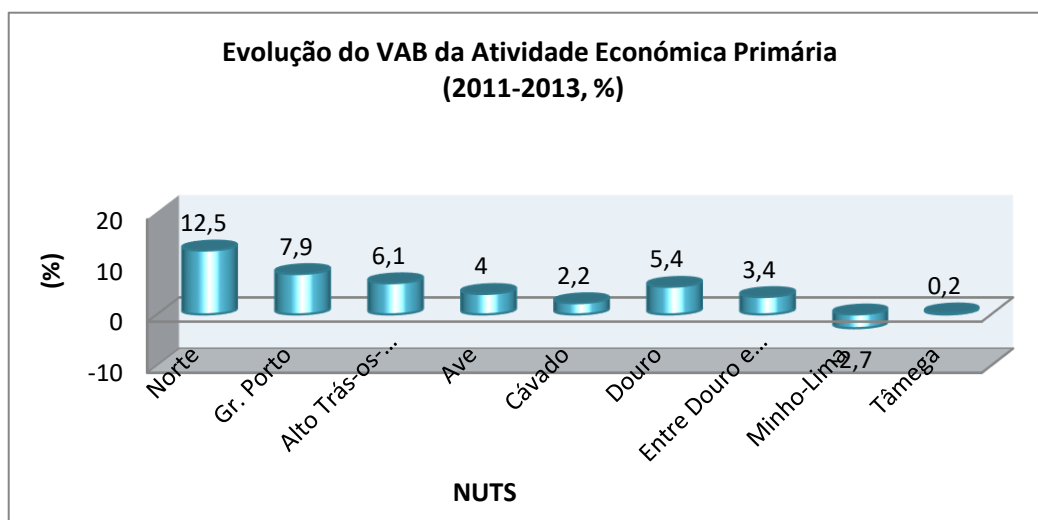
O setor primário, enquanto atividade empregadora da população ativa, tem um peso relevante na NUTT II Norte (gráfico 6), destacando-se as unidades territoriais de Grande Porto (22,5%), Douro (22,3%) e Alto Trás-os-Montes (15,8%).

Gráfico 6 - Emprego Total por NUTS no setor de atividade económica - Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca (INE, 2014)



A empresarialização da agricultura, expressa pelo crescimento do número de sociedades agrícolas, tem contribuído para o aumento da eficiência do setor, devido à adoção de processos de gestão mais profissionais e economias de escala. No gráfico 7, ilustra-se a evolução (%) do VAB da atividade económica primária (Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca). Destacam-se, em valor, os VAB das unidades territoriais de Grande Porto, Douro e Alto Trás-os-Montes. Na sub-região de Minho-Lima foi registado um desempenho negativo do VAB (-2,7%).

Gráfico 7 - Evolução do VAB da atividade económica primária no período de 2011 a 2013



O Setor de Atividade Económico Secundário

Indústrias de Transformação Alimentar e de Bebidas (divisões 10 e 11 da CAE)

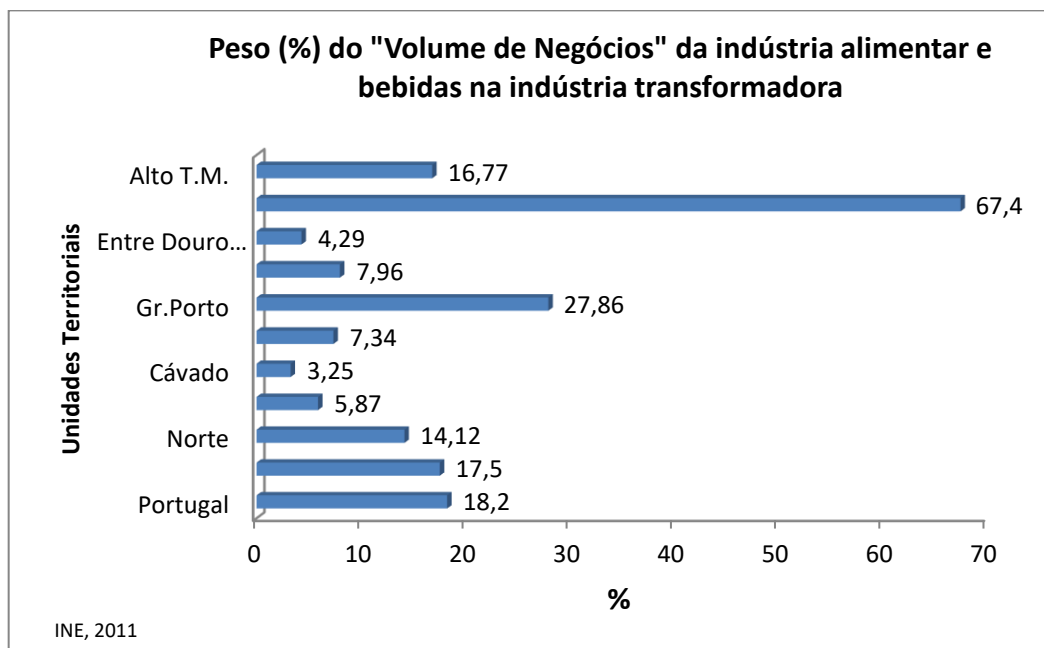
Entre as indústrias de transformação, as indústrias alimentares e de bebidas têm uma importância significativa a nível nacional, representando no seu conjunto 12 % do VAB.

Quadro 4 - “Número de Empresas” da indústria transformadora (classificação CAE divisão 10 a 33) e da indústria alimentar e bebidas (classificação CAE 10 e 11), por NUT III, segundo a CAE-ver. 3, 2011

Unidade Territorial	Total (Div. 10a33)	Div. 10	Div. 11	Div. 10+11
Portugal	38785	5516	821	6337
Continente	37910	5273	782	6055
Norte	19372	1853	355	2208
Minho-Lima	796	106	20	126
Cávado	2475	135	11	146
Ave	4282	247	26	273
Grande Porto	4944	681	65	746
Tâmega	3281	29	15	44
Entre Douro e Vouga	2656	184	5	189
Douro	481	114	157	271
Alto Trás-Os-Montes	457	168	19	187

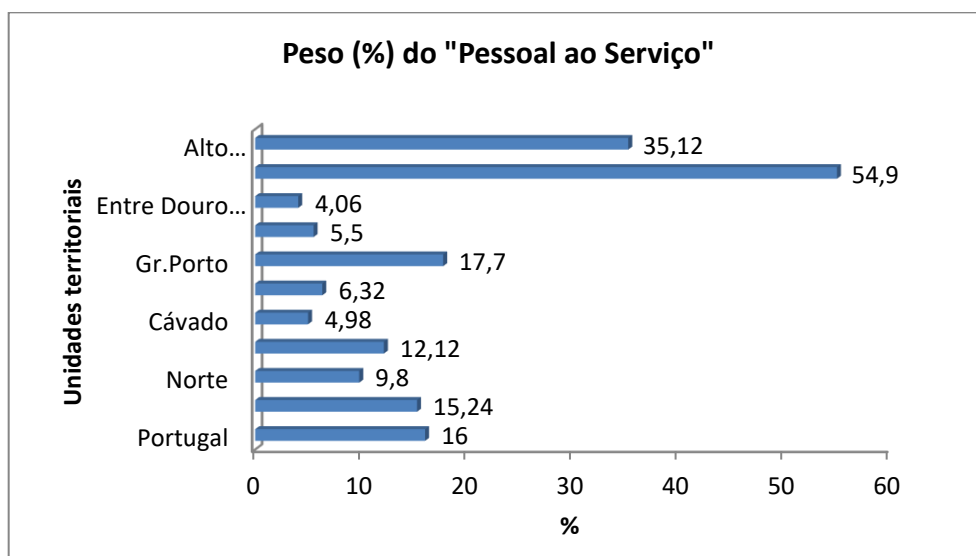
Na região Norte estão sedeadas cerca de 50% da totalidade das indústrias transformadoras existentes no País, das quais cerca de 35 % são indústrias alimentares e bebidas. Numa perspetiva de volume de negócios (gráfico 8), destacam-se as NUT III Douro e Grande Porto, as quais superam a média do volume de negócios das empresas alimentares e de bebidas, ao nível do Continente.

Gráfico 8 - Peso relativo (%) do "Volume de Negócios" da indústria alimentar e de bebidas relativamente à indústria de transformação por município da sede por NUTS III



As indústrias de transformação alimentar e bebidas desempenham, por outro lado, um papel relevante como atividade económica empregadora ao nível das NUT III, como pode ser visualizado no gráfico 9.

Gráfico 9 - Peso relativo (%) do "Pessoal ao Serviço" na indústria alimentar e de bebidas relativamente à indústria de transformação por município da sede por NUTS III



Em suma, a indústria alimentar e de bebidas (Divisões 10 e 11 da CAE) tem uma importância significativa em termos de indústria transformadora na NUT II Norte, estando aqui sedeadas cerca de 35 % das indústrias alimentares e bebidas as quais desempenham um importante papel como atividade económica empregadora.

I.3. Rendimento da Atividade Agrícola em 2015

De acordo com a 1ª estimativa das Contas Económicas da Agricultura (CEA) para 2015 (INE)⁵, passando a citar, *o Rendimento da atividade agrícola em Portugal por unidade de trabalho ano (UTA), em termos reais, deverá registar um acréscimo de 3,4% em relação a 2014. A evolução deste indicador está associada ao aumento nominal de 4,0% perspectivado para o Valor Acrescentado Bruto (VAB). Por outro lado, a produção deverá registar um aumento nominal, relativamente a 2014, em resultado de um acréscimo em volume (+3,6 %), apesar do decréscimo dos preços base (-1,5%). A evolução estimada reflete o efeito conjugado do aumento nominal do VAB a preços de base (+4,0%), da diminuição estimada dos subsídios (-6,9%) e do decréscimo do volume de mão-de-obra agrícola (-3,7%).*

A produção do ramo agrícola deverá registar um crescimento nominal, relativamente a 2014, em resultado de um acréscimo em volume (+3,6%) e de um decréscimo dos preços base (-1,5%), decorrente da redução dos preços no produtor (-1,6%), dado que os subsídios aos produtos deverão aumentar (+3,8%). Para a Produção vegetal perspetivam-se aumentos em volume e em preço (+1,5% e +2,9%, respetivamente) e para a Produção animal um acréscimo do volume (+6,3%) e uma diminuição dos preços de base (-6,8%). Relativamente ao Consumo intermédio (CI), antevê-se um ligeiro acréscimo nominal (+0,8%), em resultado da variação observada nos alimentos para animais (variações de +2,9% em volume e -1,8% em preço) e na energia e lubrificantes (+1,4% em volume e -9,1% em preço).

Em 2015, a Produção do ramo agrícola deverá ser superior, quer em termos nominais, quer em termos reais, à do ano anterior (+2,0% e +3,6%, respetivamente). São estimados para a Produção vegetal aumentos do volume e dos preços de base (+1,5% e +2,9%, respetivamente) e para a Produção animal um acréscimo do volume (+6,3%) e uma diminuição dos preços de base (-6,8%).

Em janeiro de 2015 iniciou-se a aplicação da 5ª reforma da Política Agrícola Comum (1º pilar) e, simultaneamente, do novo Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020). Neste contexto, 2015 constitui o primeiro ano de aplicação das principais novas medidas de apoio à agricultura, com montantes significativos a serem pagos no final do ano (fim de novembro e dezembro). Perspetiva-se um decréscimo nos montantes totais atribuídos (-6,9%) face a 2014. Estima-se, para 2015, um acréscimo do Índice do rendimento real dos fatores na agricultura, por unidade de trabalho ano, em cerca de 3,4%.

I.4. A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

⁵ Contas Económicas da Agricultura 2015 – 1ª Estimativa, Destaque, dezembro de 2015, INE

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) é um serviço periférico da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa. A sua Missão e atribuições estão definidas na Lei orgânica do Ministério da Agricultura e do Mar (MAM), respetivamente, nos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei Nº 18/2014, de 4 de Fevereiro e na respetiva “Carta de Missão” exarada por Sua Excelência o Secretário de Estado da Agricultura, em 23.05.2014.

O ano de 2013 ditou alterações na Lei orgânica do MAMAOT, tendo sido criado o MAM e extinto o MAMAOT através do Decreto-Lei Nº 119/2013, de 21 de Agosto que altera o Decreto-Lei nº 86/2011, de 12 de Julho. Este último aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional. A estrutura do MAM foi aprovada através do Decreto-Lei Nº 18/2014, de 4 de Fevereiro. Na sequência desta revisão foram reajustadas as atribuições das DRAP’s.

Através da Portaria nº 305/2012, de 4 de Outubro, foram definidas e ordenadas as competências das cinco direções de serviço e fixadas em 20 o número máximo de unidades flexíveis. As unidades flexíveis foram criadas e definidas as respetivas competências através do Despacho nº 13474/2012, de 16 de Outubro, alterado e republicado pelo Despacho nº 4708/2013, de 4 de Abril e pelo Despacho nº 1671/2014, de 3 de Fevereiro.

A atividade da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte assenta numa estrutura, cujo organograma funcional está representado na figura 1, formada por 25 unidades flexíveis e que integra 6 Delegações Regionais (figura 2) e 5 unidades nucleares.

Figura 1 – Organograma Funcional da DRAP-Norte

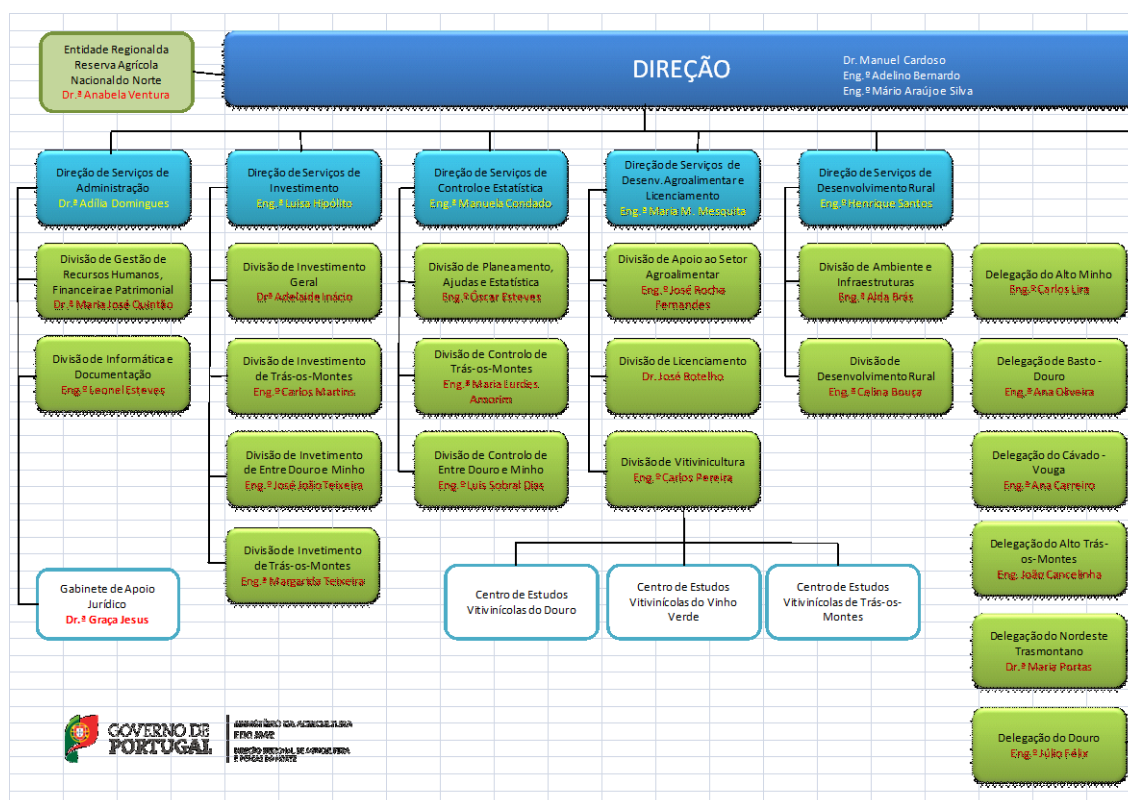


Figura 2 – As Delegações Regionais da DRAP-Norte e sua distribuição territorial



I. 4.1. Atribuições

Na prossecução da sua missão, as atribuições da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte foram as constantes no ponto 2 do artigo 13 do Decreto-lei nº 18/2014, de 4 de Fevereiro:

- Executar, na região Norte, as medidas de política agrícola, de desenvolvimento rural e de pescas, de acordo com as normas e orientações estabelecidas pelos serviços centrais do MAM, contribuindo para o acompanhamento e avaliação das mesmas;
- Realizar o levantamento das características e das necessidades dos subsectores agrícola, agroindustrial e pescas e dos territórios rurais na região norte, no quadro do sistema estatístico nacional;
- Executar, de acordo com as normas funcionais definidas pelos serviços e organismos centrais, as ações necessárias à receção, análise, aprovação, acompanhamento e validação dos projetos de investimento apoiados por fundos públicos, bem como promover a tramitação relativa à receção, análise e validação conducente ao pagamento dos respetivos apoios;
- Incentivar ações e projetos de intervenção no espaço rural e de programas ou planos integrados de desenvolvimento rural e apoiar os agricultores e as suas associações, bem como as populações rurais, no âmbito das atribuições que prosseguem;
- Colaborar na execução das ações enquadradas nos planos oficiais de controlo no âmbito da segurança alimentar e da sanidade vegetal, de acordo com as orientações funcionais emitidas pelos serviços e organismos centrais competentes em razão da matéria;
- Executar as ações enquadradas nos planos oficiais de controlo relativos aos regimes de apoio no âmbito da política agrícola comum, de acordo com as orientações funcionais emitidas pelos serviços e organismos centrais competentes em razão da matéria;
- Coordenar o processo de licenciamento no âmbito do regime económico da atividade pecuária, de acordo com as orientações funcionais emitidas pelos serviços e organismos centrais competentes em razão da matéria;

- Coordenar os procedimentos aplicáveis aos estabelecimentos industriais que lhes estejam cometidos ao abrigo do Sistema da Indústria Responsável, de acordo com as orientações funcionais emitidas pela autoridade responsável pela gestão do sistema de segurança alimentar;
- Colaborar na execução das ações enquadradas nas políticas de ordenamento florestal, do regime florestal, das fileiras florestais, políticas cinegéticas, aquícolas das águas interiores e as relativas a outros produtos ou recursos da floresta, bem como acompanhar e controlar os programas ou planos de gestão e proteção da floresta, de acordo com as orientações funcionais emitidas pelos serviços e organismos centrais competentes em razão da matéria.

I. 4.2. Orientações Estratégicas

De acordo com a sua Carta de Missão, exarada em 23.05.2014, as linhas orientadoras para as DRAP's foram as seguintes:

- a) Promover o aumento da produção nacional com vista a contribuir para a autossuficiência alimentar medida em termos globais, ou seja, em valor;
- b) Contribuir para melhorias ao nível da concentração da oferta e para o aumento do peso da produção nas cadeias de distribuição alimentar e outras;
- c) Contribuir para aumentar o rendimento dos agricultores condição essencial para a atração de jovens para a agricultura e fator crucial para obter transformações rápidas e duráveis neste setor;
- d) Contribuir para a criação e dinamização de mercados de proximidade e para o aumento da disponibilidade de terras para o desenvolvimento de projetos do setor agrícola, incentivando o início de atividade de novos agricultores, nomeadamente dos mais jovens;
- e) Contribuir para o aumento e consolidação da competitividade, da valorização da inovação, do dinamismo empresarial e do conhecimento;
- f) Contribuir para tornar o mar um vetor essencial do desenvolvimento português, contribuindo para repensar o conceito estratégico de Portugal;
- g) Contribuir para a defesa do setor das pescas e para a promoção da aquicultura num enquadramento de sustentabilidade;
- h) Contribuir para o desenvolvimento de um território sustentável;
- i) Contribuir para a simplificação e atualização das políticas de licenciamento, urbanismo, ordenamento do território e mobilidade social.

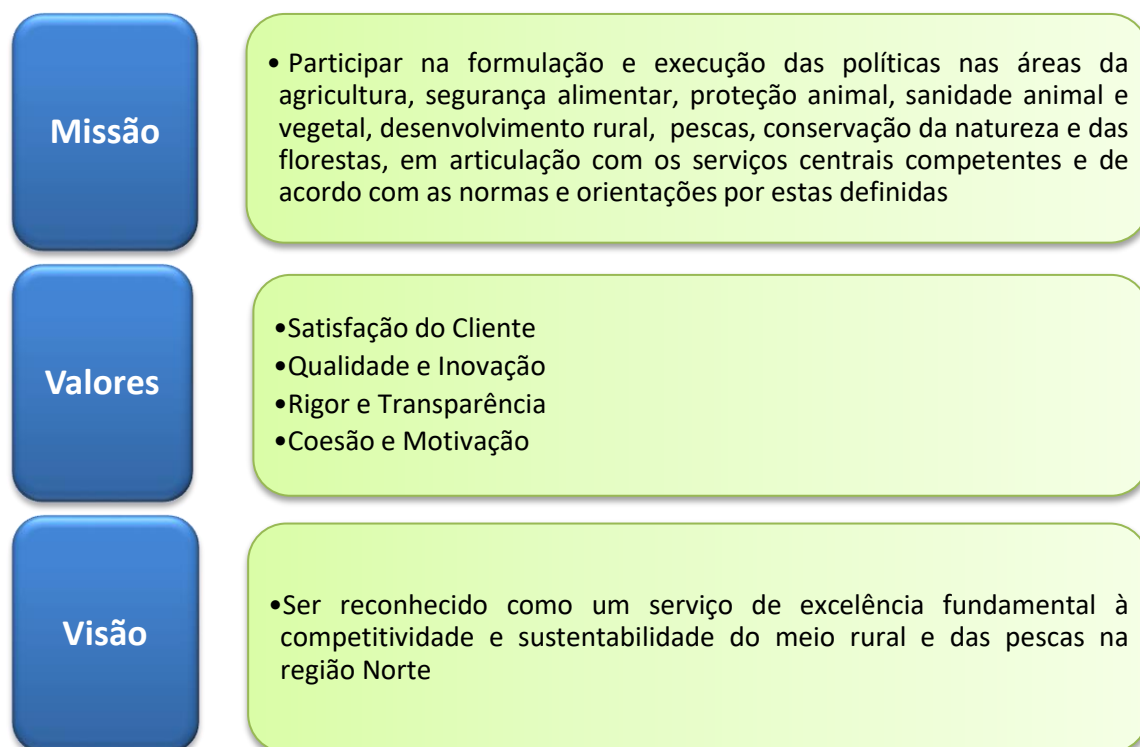
I.4.3. Objetivos a atingir

Os objetivos a atingir foram os seguintes:

- a) Assegurar a plena execução dos instrumentos de apoio aos setores agrícola e das pescas;
- b) Garantir a execução dos planos oficiais de controlo relativos aos regimes de apoio da política agrícola comum;
- c) Garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados – aperfeiçoamento dos instrumentos organizacionais e sistemas de informação existentes e a articulação com os serviços do MAM;
- d) Otimizar a gestão de recursos e controlar os custos de funcionamento.

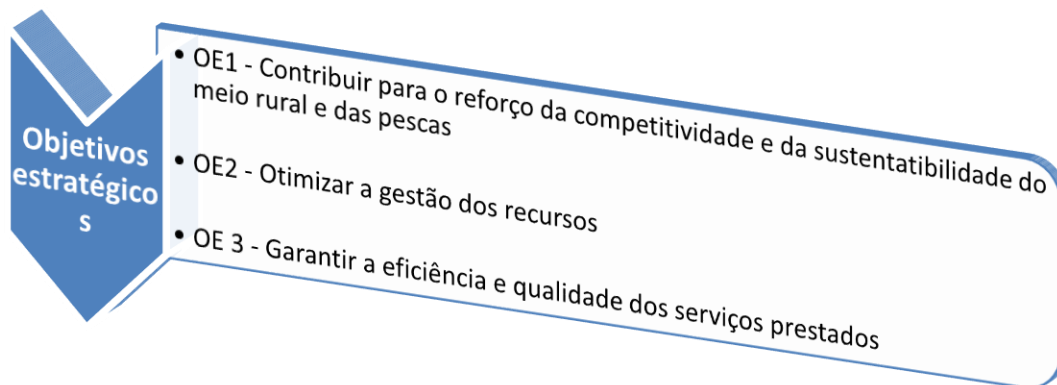
I.5. Enquadramento estratégico

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) estabeleceu como eixos da sua intervenção os seguintes desígnios:



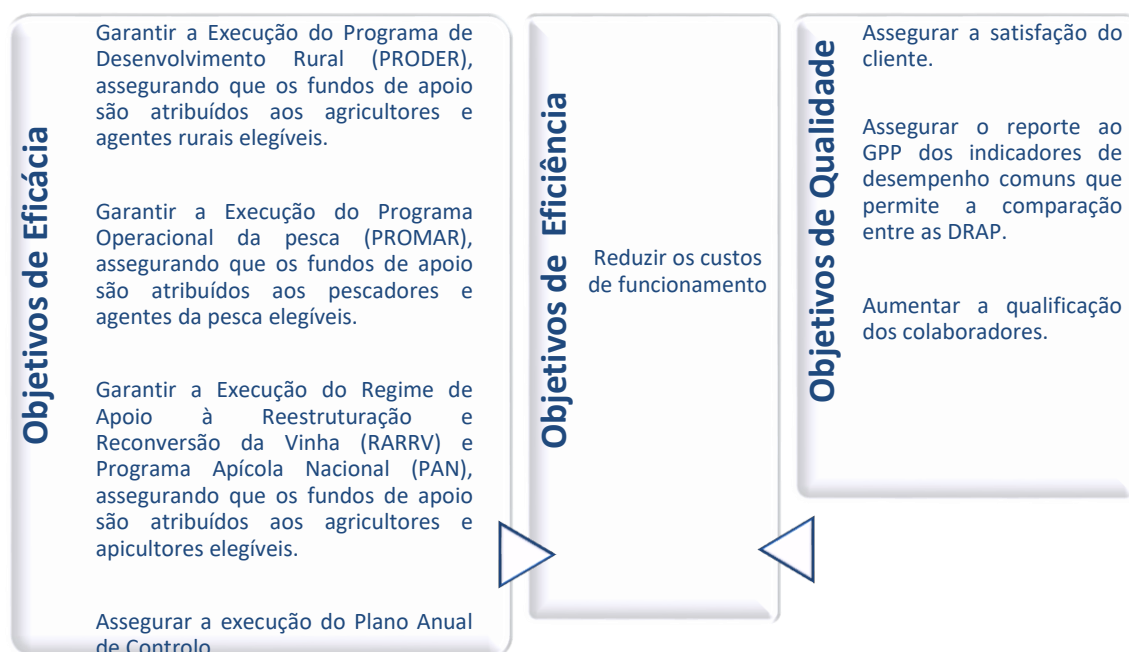
Tendo presente as orientações superiormente definidas, as atribuições decorrentes da legislação, a sua missão, bem como os fatores que caracterizam o ambiente externo e interno, foram definidos para 2015 os seguintes Objetivos Estratégicos, que se apresentam resumidamente e que constam do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para o ano de 2015. O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), estabelecido na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, desenvolve em objetivos operacionais os objetivos estratégicos referidos (vide “QUAR” e respetiva Memória Descritiva). Os objetivos estratégicos referidos, como parte integrante do QUAR, foram concretizados através de um conjunto de objetivos

operacionais, desagregados em eficácia, eficiência e qualidade, e enquadrados na avaliação de desempenho da DRAPN e das respetivas Unidades Orgânicas. Por outro lado, estão suportados em indicadores de desempenho, em metas quantificáveis, de forma a aferir os resultados alcançados e permitir a avaliação e verificação das atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas e pelas Unidades Homogêneas. Embora as atribuições da DRAPN não se esgotem nos objetivos operacionais envolvidos no QUAR, estes são importantes no âmbito da sua missão.



Por outro lado, os objetivos definidos para a DRAPN - de nível 2, “Estratégico” e de nível 3, “Operacional”, foram devidamente alinhados com os objetivos da Política Pública (nível 1). Os objetivos da Política Pública estão consubstanciados na Carta de Missão, no Programa do XIX Governo e no documento “Grandes Opções do Plano 2012-2015, atualizado pelo documento “Grandes Opções do Plano para 2014”, em 5.4 “Agricultura e Mar”, que consta na Lei nº 83-B/2013, de 31.12.

OBJETIVOS OPERACIONAIS DO QUAR



As atividades realizadas pelas várias unidades orgânicas podem ser estruturadas da seguinte forma:

- As atividades diretamente relacionadas com os objetivos estratégicos definidos e aprovados;
- As atividades não diretamente relacionadas com os objetivos estratégicos mas fundamentais para o exercício das competências das várias unidades orgânicas;
- As atividades que suportam a atividade do organismo e do Ministério.

De acordo com o número 1 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a autoavaliação do grau de cumprimento do QUAR deve integrar o Relatório de Atividades, evidenciando os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o respetivo QUAR. Nestes termos, apresenta-se a avaliação do QUAR no capítulo seguinte.

Cientes / Utentes / Colaboradores

Enquanto entidade responsável pela aplicação de fundos públicos a projetos de investimento, a DRAPN providencia serviços diretamente aos Empresários Agrícolas, a título coletivo e/ou individual, às Associações e Agrupamentos de Produtores que os representam e às Autarquias que integram a sua área de jurisdição.

A DRAPN participa em projetos de diversas áreas através da constituição de Parcerias múltiplas com outras organizações públicas e privadas. Às partes interessadas da DRAPN acrescem ainda os seus Fornecedores, os seus Colaboradores e o Cidadão enquanto contribuinte e não exclusivamente como utente dos seus serviços.

PARTE II – AUTOAVALIAÇÃO

A avaliação do serviço público é um aspeto central da modernização administrativa. O processo de autoavaliação do serviço está previsto no artº 15º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, sendo um instrumento de apoio à gestão e comparabilidade entre serviços, constituindo, por outro lado, um estímulo à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

II.1. QUAR 2015 – Resultados e desvios

O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) apresentado, bem como o respetivo Plano de Atividades para o ano de 2015, constituíram o suporte para a metodologia de avaliação levada a cabo pela DRAP-Norte. A avaliação do QUAR e da estratégia inicialmente definida foi efetuada com base no cumprimento dos indicadores estabelecidos e respetivas metas.

O QUAR 2015, plasmado na página seguinte, e proposto para a DRAP-N foi aprovado pela Tutela Ministerial em 23 de fevereiro de 2015.

As atividades levadas a cabo pelas várias unidades orgânicas, enquadram-se no contexto das respetivas competências, de acordo com a legislação em vigor, e concorrem, entre outros, para a realização dos objetivos globais identificados no âmbito do QUAR.

O período em análise caracterizou-se por uma gestão financeira com particular acuidade, a par da manutenção da eficácia dos serviços prestados, e por um esforço de melhoria na qualidade do serviço prestado aos utilizadores.

A avaliação efetuada e que é apresentada neste relatório, traduz o envolvimento de toda a organização na persecução dos objetivos, revelando por outro lado, as dificuldades sentidas pela organização no seu todo e por cada uma das suas Unidades Orgânicas, em levar a cabo a estratégia delineada e o alinhamento desejado entre o centro de decisão (gestão de topo) e as unidades operacionais (Unidades Orgânicas). A importância de analisar os resultados e fazer a sua avaliação é fundamental em qualquer processo de melhoria de qualidade contínua, constituindo a base para operacionalizar mudanças nos processos ou efetuar o seu ajuste.

II.1.1. Avaliação global da estratégia definida ao nível do QUAR

Os resultados anuais do QUAR 2015 que se apresentam nos quadros das páginas seguintes evidenciam o profissionalismo dos dirigentes e colaboradores da DRAPN consubstanciado na superação de metas exigentes nos vetores “eficiência”, “eficácia” e “qualidade”, o que permite, por outro lado, confirmar o êxito da operacionalização da estratégia.

ANO: 2015

Ministério da Agricultura e do Mar

Designação do Serviço/Organismo:

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Missão:

A DRAPN tem por missão, participar na formulação e execução das políticas nas áreas da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas, bem como colaborar na execução das políticas nas áreas das florestas, da segurança alimentar e da sanidade vegetal, em articulação com os organismos e serviços centrais competentes no quadro da eficiência da gestão local de recursos.

Objetivos Estratégicos (OE):

	Meta	Grau de concretização
OE1: Contribuir para o reforço da competitividade e da sustentabilidade do meio rural e das pescas		
OE2: Otimizar a gestão de recursos.		
OE3: Garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados.		

EFICÁCIA

PESO: 50%

OOP1: Garantir a Execução dos Programas de Desenvolvimento Rural, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e agentes rurais elegíveis											Peso:	30%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind1 Taxa de análise de pedidos de pagamento (n.º pp validados/n.º pp devidamente formalizados) x100	87%	71%	75%	5%	100%	100%	Dezembro	88%	113%	Superou	13%	
Taxa de Realização do OOP1											113%	
OOP2: Garantir a Execução dos Programas das Pescas, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos pescadores e agentes da pesca elegíveis											Peso:	15%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind2 Taxa de análise de pedidos de apoio (n.º de pedidos de apoio analisados/n.º de pedidos de apoio válidos) x 100	81%	91%	85%	5%	100%	50%	Dezembro	100%	125%	Superou	25%	
Ind3 Taxa de análise de pedidos de pagamento (n.º pp validados/n.º pp devidamente formalizados) x100	98%	89%	85%	5%	100%	50%	Dezembro	95%	117%	Superou	17%	
Taxa de Realização do OOP2											121%	
OOP3: Garantir a Execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis											Peso:	25%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind4 Taxa de análise dos pedidos de pagamento VITIS da campanha 2013-2014 (n.º de pedidos de pagamento analisados/n.º de pedidos de pagamento válidos) x100	97%	87%	95%	2,0%	100%	40%	Dezembro	97,9%	115%	Superou	15%	
Ind5 Taxa de análise dos processos VITIS. (n.º Processos analisados/n.º processos entrados devidamente formalizados) x100	86%	28%	85%	2,5%	100%	40%	Dezembro	96,5%	119%	Superou	19%	
Ind6 Taxa de análise dos pedidos de pagamento PAN. (n.º pedidos de pagamento válidos analisados/n.º pedidos de pagamento válidos entrados) x100	100%	100%	95%	1,5%	100%	20%	Dezembro	100%	125%	Superou	25%	
Taxa de Realização do OOP3											118%	
OOP4: Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo											Peso:	30%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind7 Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo do Pedido Único. (n.º de controlos efectuados/n.º de controlos marcados) x 100	100%	70%	92,5%	3%	100%	60%	Dezembro	100%	125%	Superou	25%	
Ind8 Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo das Florestas, Reforma Antecipada, PAN, Condicionabilidade Animal e Ambiental. (n.º de controlos efectuados / n.º de controlos marcados) x 100	100%	81%	80%	5%	100%	20%	Dezembro	100%	125%	Superou	25%	
Ind9 Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo do Investimento	ND	ND	80%	5%	100%	20%	Dezembro	92%	115%	Superou	15%	
Taxa de Realização do OOP4											100%	

EFICIÊNCIA

PESO: 20%

OOP5: Reduzir os custos de funcionamento											Peso:	100%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind10 Taxa de redução dos custos de funcionamento. [(execução orçamental 2014-execução orçamental 2015)/(execução orçamental 2014)x100	4%	21%	0,5%	0,2%	2%	100%	Setembro	2%	128%	Superou	28%	
Taxa de Realização do OOP5											128%	

QUALIDADE

PESO: 30%

OOP6: Assegurar o reporte ao GPP dos indicadores de desempenho comuns que permite a comparação entre as DRAP											Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind11 N.º de reportes enviados ao GPP. (somatório anual do n.º de reportes)	ND	2	1	0	3	50%	Dezembro	2	113%	Superou	13%	
Ind12 Prazo de entrega dos reportes. N.º de dias úteis após o fecho dos trimestres (média dos trimestres).	ND	37	32	0	20	50%	Dezembro	27	110%	Superou	10%	
Taxa de Realização do OOP6											111%	
OOP7: Assegurar a satisfação do cliente											Peso:	25%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind13 Grau de satisfação do GPP, INE e IFAP (escala de Likert 1 a 5). média das respostas dadas a cada item Likert	3,6	ND	3,25	0,5	4,5	50%	Dezembro	3,8	111%	Superou	11%	
Ind14 Grau de satisfação dos utilizadores. (escala de Likert 1 a 5). Média das respostas dadas a cada item Likert	4,6	ND	3,25	0,5	4,5	50%	Dezembro	4,1	117%	Superou	17%	
Taxa de Realização do OOP7											114%	
OOP8: Aumentar a qualificação dos colaboradores											Peso:	35%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind15 Taxa de RH que frequentaram acções de formação profissional. (n.º de RH que frequentaram acções de formação/n.º total de RH)x100	74%	59%	25%	5%	61%	100%	Dezembro	60%	124%	Superou	24%	
Taxa de Realização do OOP8											124%	

RELAÇÃO entre OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e OBJETIVOS OPERACIONAIS

	OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6	OB7	OB8
Objetivo Estratégico 1	X	X	X	X				
Objetivo Estratégico 2				X	X			
Objetivo Estratégico 3						X	X	X

OBJETIVOS MAIS RELEVANTES

OOP1: Garantir a Execução dos Programas de Desenvolvimento Rural, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e agentes rurais elegíveis

OOP3: Garantir a Execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis

OOP4: Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo

OOP5: Reduzir os custos de funcionamento

NOTAS EXPLICATIVAS

Indicador 2 - Apenas considerados os pedidos de apoio entrados de 1 de dezembro de 2014 a 30 de novembro de 2015

Indicador 1, Indicador 3 e Indicador 4 - Pedidos de pagamento devidamente formalizados: serão apenas considerados os Pedidos de Pagamento entregues em suporte papel e completos, entrados de 01 de Dezembro de 2014 a 30 de Novembro de 2015.

Indicador 5 - São considerados os Processos entrados referentes à campanha 2015/2016.

Indicador 7 e 8 - No pressuposto da entrega pelo IFAP nas datas previstas no calendário de entregas.

Indicador 10 - Custos de funcionamento - agrupamento 02 das FF 111 e FF 123

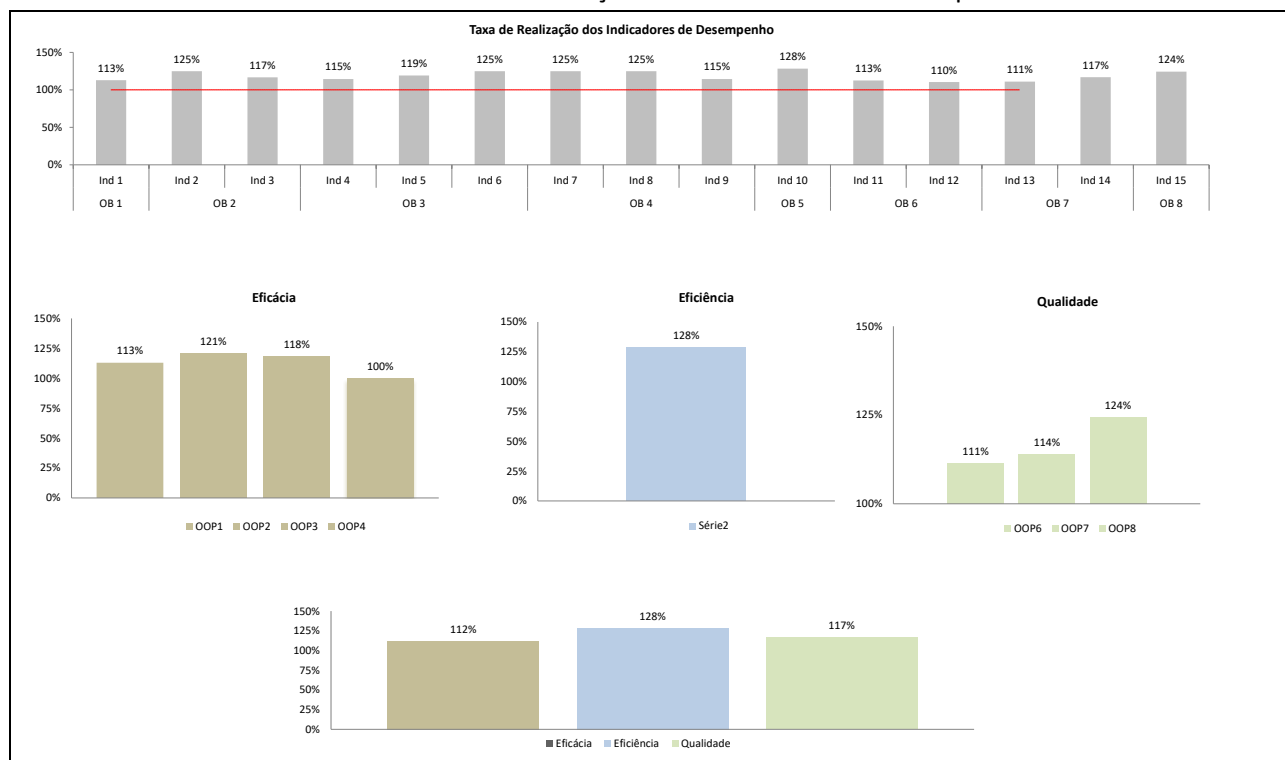
VITIS - Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão das Vinhas

PAN - Programa Apícola Nacional

II.1.2. Breve análise de realização dos indicadores

Os resultados anuais do QUAR, apresentados anteriormente, evidenciam, em termos globais, os bons resultados atingidos em 2015, tendo sido **superados todos os quinze (15) indicadores**. No gráfico 8 apresenta-se, em resumo, a Taxa de Realização dos Indicadores de Desempenho.

Gráfico 8 – Taxa de realização dos indicadores de desempenho



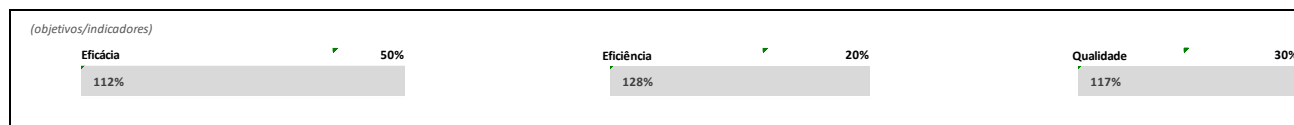
Na tabela seguinte resumem-se os valores percentuais registados relativos à realização dos indicadores inscritos no QUAR de 2015. Verifica-se que, dos 15 indicadores inscritos, 6 apresentaram resultados bem acima das metas (> 120%).

Vetor	Objetivo /Indicador	Meta (%)	Resultado (%)	Taxa de realização (%)
Eficácia	OOP1/1	75	88	113,00
	OOP2/2	85	100	125,00
	OOP2/3	85	95	116,67
	OOP3/4	95	97,9	114,50
	OOP3/5	85	96,5	119,17
	OOP3/6	95	100	125,00
	OOP4/7	92,5	100	125,00
	OOP4/8	80	100	125,00
	OOP4/9	80	92	114,50
Eficiência	OOP5/10	0,5	2	128,33
Qualidade	OOP6/11	1	2	112,50
	OOP6/12	32	24	116,67
	OOP7/13	3,25	3,8	111,00
	OOP7/14	3,25	4,1	117,00
	OOP8/15	25	60	124,31

Objetivo 1- OOP1 (*Garantir a Execução dos Programas de Desenvolvimento Rural, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e agentes rurais elegíveis*)
 Objetivo 2 – OOP2 (*Garantir a Execução dos Programas das Pescas, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos pescadores e agentes da pesca elegíveis*)
 Objetivo 3 – OOP3 (*Garantir a Execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis*)
 Objetivo 4 – OOP4 (*Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo*)
 Objetivo 5 – OOP5 (*Reduzir os custos de funcionamento*)
 Objetivo 6 – OOP6 (*Assegurar o reporte ao GPP dos indicadores de desempenho comuns que permite a comparação entre as DRAP*)
 Objetivo 7 – OOP7 (*Assegurar a satisfação do cliente*)
 Objetivo 8 – OOP8 (*Aumentar a qualificação dos colaboradores*)
 OOP1/Ind. 1: Taxa de análise de pedidos de pagamento
 OOP2/Ind. 2: Taxa de análise de pedidos de apoio
 OOP2/Ind. 3: Taxa de análise de pedidos de pagamento
 OOP2/Ind. 4: Taxa de análise de pedidos de pagamento Vitis da campanha 2014-2015
 OOP3/Ind. 5: Taxa de análise dos processos Vitis
 OOP3/Ind. 6: Taxa de análise de pedidos de pagamento PAN
 OOP3/Ind. 7: Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo do Pedido Único
 OOP4/Ind. 8: Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo das Florestas, Reforma Antecipada, PAN, Condicionalidade Animal e Ambiental
 OOP4/Ind. 9: Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo do Investimento
 OOP5/Ind. 10: Taxa de redução dos custos de funcionamento
 OOP6/Ind. 11: Nº de reportes enviados ao GPP
 OOP6/Ind. 12: Prazo de entrega dos reportes
 OOP7/Ind. 13: Grau de satisfação do GPP, INE e IFAP
 OOP7/Ind. 14: Grau de satisfação dos utilizadores
 OOP8/Ind. 15: Taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional

É de destacar a realização do **indicador 10** do Objetivo 5 (**Reduzir os custos de funcionamento**), em razão dos objetivos a atingir constantes na Carta de Missão da DRAPN (*vide* pg.15) e da continuidade do Programa de Ajustamento Económico, tornando mais critica a necessidade de redução da despesa para a concretização dos objetivos e das atividades ora delineadas no Plano de Atividades.

A taxa de realização dos objetivos / indicadores em função dos vetores eficácia, eficiência e qualidade apresenta-se graficamente na tabela seguinte:



Seguidamente passa-se a analisar o desempenho dos indicadores, com histórico, no ano a que se refere o presente relatório (2015), comparativamente com os exercícios anteriores (2014 e 2013) e respetivas taxas de variação:

Indicador	Taxa de realização (%)			Variação 2015- 2014/2014 (%)	Variação 2014- 2013/2013 (%)
	2015	2014	2013		
Garantir a Execução do Programa de Desenvolvimento Rural.....					
Taxa análise pedidos pagamento	113 Ind 1	106 Ind 2	112 Ind 2	+ 6,6	- 5,4
Taxa análise pedidos apoio	N.A.	125 Ind 1	123 Ind 1	-	- 1,6
Garantir a Execução dos Programas das Pescas					
Taxa análise pedidos apoio	125 Ind 2	125 Ind 3	100 Ind 3	0	+ 25,0
Taxa análise pedidos pagamento	116,67 Ind 3	125 Ind 4	122 Ind 4	- 6,7	+ 2,5
Garantir a Execução de Vitis e PAN....					
Taxa de análise dos pedidos de pagamento Vitis	114,50 Ind 4	N.A.	N.A.	-	-
Taxa de análise dos processos Vitis	119,17 Ind 5	N.A.	N.A.	-	-
Taxa de análise dos pedidos de pagamento PAN	125,00 Ind 6	125,00 Ind 7	125,00 Ind 7	0	0
Taxa de análise dos processos RARRV	N.A.	111,33 Ind 6	100 Ind 6	-	+ 11,33
Taxa de análise de pedidos de pagamento RARRV	N.A.	121,67 Ind 5	100 Ind 5	-	+ 21,67
Assegurar a Execução do Plano Anual de Controlo					
Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo do Pedido Único	125 Ind 7	125 Ind 8	125 Ind 9	0	0
Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo das	125 Ind 8	125 Ind 9	125 Ind 9	0	0

Florestas, Reforma Antecipada, PAN, Condicionalidade Animal e Ambiental					
Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo do Investimento	114,5 Ind 9	N.A.	N.A.	-	-
Reduzir os custos de funcionamento					
Taxa de redução dos custos de funcionamento	128,33 Ind 10	391,67 Ind 10	152 Ind 13	- 67,2	+ 157,7
Assegurar o reporte ao GPP dos indicadores de desempenho comuns que permite a comparação entre as DRAP					
Nº de reportes enviados ao GPP	112,5 Ind 11	112,5 Ind 11	N.A.	0	-
Prazo de entrega dos reportes	116,57 Ind 12	100 Ind 12	N.A.	+ 16,6	-
Assegurar a satisfação do cliente					
Grau de satisfação do GPP, INE e IFAP	111 Ind 13	111 Ind 13	100 Ind 14	0	+ 11,0
Grau de satisfação dos utilizadores	117 Ind 14	123 Ind 14	127 Ind 15	- 4,9	- 3,1
Aumentar a qualificação dos colaboradores					
Taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional	124,31 Ind 15	128,75 Ind 15	182 Ind 16	- 3,4	- 29,3

As variações ocorridas nas taxas de realização dos indicadores nos dois períodos analisados - 2015 *versus* 2014 e 2014 *versus* 2013 - permitem concluir o seguinte:

- Os diferenciais com valores nulos apontam para um maior ajustamento entre o valor planeado e o valor registado o que se traduz num planeamento bem executado;
- Os diferenciais com valores negativos, não muito afastados do valor “0” traduzem-se num aperfeiçoamento do planeamento;
- Os diferenciais com valores positivos referem-se a um planeamento que pode carecer de melhoria;

Há, no entanto, exceções às considerações anteriormente referidas:

- no indicador 12 (“Prazo de entrega dos reportes ao GPP”), a taxa de variação de 2015/2014 registou um valor positivo (+ 16,6) que passou de atingido (em 2014), para superado em 2015.

II.1.3. Considerações acerca da execução das atividades realizadas e prossecução dos objetivos

Passamos seguidamente a efetuar uma análise detalhada das atividades realizadas previstas no âmbito dos instrumentos de gestão e a forma como os objetivos e respetivos indicadores foram realizados, norteados pelos vetores de eficácia, eficiência e qualidade.

OBJETIVOS DE EFICÁCIA

Objetivo 1 – Garantir a Execução dos Programas de Desenvolvimento Rural, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e agentes rurais elegíveis

Este objetivo é avaliado através de 1 indicador de realização:

Indicador 1 – Taxa de análise de pedidos de pagamento (n.º pp validados/n.º pp devidamente formalizados) x100

Meta – 75%

PRODER	Pedidos de Pagamento entrados	Concluídos	Em Curso	Concluídos/Entrados (%)
	3389	2970	419	88

Dos 3.389 pedidos de pagamento entrados e distribuídos para análise de 01 de dezembro-de 2014 a 31 de novembro de 2015, foram concluídos 2.970. A taxa de execução foi de 88%.

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento do indicador para se aferir o desempenho do presente objetivo:

OOP1: Garantir a Execução dos Programas de Desenvolvimento Rural, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e agentes rurais elegíveis										Peso:	30%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind1 Taxa de análise de pedidos de pagamento (n.º pp validados/n.º pp devidamente formalizados) x100	87%	71%	75%	5%	100%	100%	Dezembro	88%	113%	Superou	13%
Taxa de Realização do OOP1											113%

Objetivo 2 – Garantir a Execução dos Programas das Pescas, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos pescadores e agentes da pesca elegíveis

Este objetivo é avaliado através de **2 indicadores** de realização:

Indicador 2 – Taxa de análise de pedidos de apoio (n.º de pedidos de apoio analisados / n.º de pedidos apoio válidos) x 100

Meta – 85%

PROMAR	Pedidos de Apoio entrados	Concluídos	Em Curso	Concluídos/Entrados (%)
	54	54	0	100

Dos 54 Pedidos de Apoio submetidos entre 1 de dezembro de 2014 a 30 de novembro de 2015, foram todos analisados, dando origem a uma taxa de execução de 100%. Estes projetos respeitam à Medida das Cessações temporárias da Sardinha (50) , Novos Mercados (1), Portos de Pesca (1) e Ações Coletivas (2).

Indicador 3 – Taxa de análise de pedidos de pagamento (n.º pp validados/n.º pp devidamente formalizados) x100

Meta – 85%

PROMAR	Pedidos de Pagamento entrados	Concluídos	Em Curso	Concluídos/Entrados (%)
	594	566	28	95

Entre 1 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 deram entrada 594 pedidos de pagamento, tendo sido analisados 566 o que originou uma taxa de execução de 95%.

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento dos indicadores previstos para se aferir o desempenho do presente objetivo:

OOP2: Garantir a Execução dos Programas das Pescas, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos pescadores e agentes da pesca elegíveis										Peso:	15%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind2 Taxa de análise de pedidos de apoio (n.º de pedidos de apoio analisados/n.º de pedidos de apoio válidos) x100	81%	91%	85%	5%	100%	50%	Dezembro	100%	125%	Superou	25%
Ind3 Taxa de análise de pedidos de pagamento (n.º pp validados/n.º pp devidamente formalizados) x100	98%	89%	85%	5%	100%	50%	Dezembro	95%	117%	Superou	17%
Taxa de Realização do OOP2											121%

Objetivo 3 – Garantir a Execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis

Este objetivo é avaliado através de **3 indicadores** de realização:

Indicador 4 – Taxa de análise de pedidos de pagamento VITIS da campanha 2013-2014: (nº de pedidos de pagamento válidos analisados/nº pedidos de pagamento válidos entrados) x100

Meta – 95%

Em 2015 deram entrada 470 Pedidos de pagamento da campanha 2013-2014, tendo sido analisados e decididos 460, o que perfaz uma taxa de 98%. Os pedidos de pagamento ainda não decididos encontram-se condicionados pela resolução de várias situações, resultantes de: plantação de área de vinha em excesso; transferências de titularidade; pedidos de prorrogação do prazo de execução (portaria 219/2015); erros no Sivr, necessidade de nova vistoria; controlos irregulares, entre outros motivos. Estes pedidos de pagamento serão decididos brevemente, à medida que se ultrapassarem as dificuldades sentidas.

Indicador 5 – Taxa de análise dos processos VITIS: (nº Processos analisados/nº processos entrados devidamente formalizados) x100

Meta – 85%

Deram entrada 2639 processos tendo sido analisados 2546 o que perfaz uma taxa de 96,5%. Na campanha VITIS de 2015-2016, o número de candidaturas submetidas cresceu cerca de 50% relativamente à campanha anterior. Das 2639 candidaturas submetidas na campanha 2015-2016, a maior parte integra candidaturas conjuntas/agrupadas, cuja decisão só é possível em bloco.

Indicador 6 – Taxa de análise de pedidos de pagamento PAN (nº de pedidos de pagamento válidos analisados/nº pedidos de pagamento válidos entrados) x100

Meta – 95%

Foram rececionados e analisados 35 pedidos de pagamento, a análise destes pedidos de pagamento foi considerada prioritária o que se traduz numa taxa de execução 100%.

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento dos indicadores previstos para se aferir o desempenho do presente objetivo:

OOP3: Garantir a Execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis										Peso:	25%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind4 Taxa de análise dos pedidos de pagamento VITIS da campanha 2013-2014 (nº de pedidos de pagamento analisados/nº de pedidos de pagamento válidos entrados)x100	97%	87%	95%	2,0%	100%	40%	Dezembro	97,9%	115%	Superou	15%
Ind5 Taxa de análise dos processos VITIS. (nº Processos analisados/nº processos entrados devidamente formalizados)x100	86%	28%	85%	2,5%	100%	40%	Dezembro	96,5%	119%	Superou	19%
Ind6 Taxa de análise dos pedidos de pagamento PAN. (nº pedidos de pagamento válidos analisados/nº pedidos de pagamento válidos entrados)x100	100%	100%	95%	1,5%	100%	20%	Dezembro	100%	125%	Superou	25%
Taxa de Realização do OOP3											118%

Objetivo 4 – Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo

As amostras de controlo referentes a 2015 foram executadas, na generalidade, dentro dos prazos fixados por parte do IFAP. Esta situação foi transversal a todas as tipologias de controlo, tendo determinado, em consequência, a superação dos três indicadores do objetivo. Os indicadores 1 e 2 atingiram o resultado de 100% e o indicador 3, de 91,6%. Importa no entanto esclarecer que a campanha de controlo das várias ajudas, decorreu com

constrangimentos de natureza diversa, resultantes, na generalidade, dos novos procedimentos instituídos, em consequência da implementação do QCA2014-2020.

A emissão dos controlos de superfícies teve início na segunda quinzena de julho, cerca de um mês mais tarde que em campanhas anteriores.

A campanha foi ainda marcada por atrasos na agilização das aplicações, que determinaram a impossibilidade de se proceder, nos prazos previamente determinados, ao carregamento das ações referentes a algumas tipologias de controlo.

Atento este enquadramento, propôs-se que, mantendo-se as metas aprovadas, estes indicadores passassem a considerar apenas a realização física dos controlos em campo, uma vez que a recolha se encontrava condicionada por fatores externos à DRAPN. Esta alteração veio a integrar a proposta de revisão do QUAR da DRAPN, a qual foi aprovada.

Adicionalmente, o desempenho referente ao controlo do investimento PRODER e PROMAR, mensurado através do indicador 3, foi condicionado pela revisão dos critérios de amostragem do PROMAR, que resultou no envio à DRAPN de várias amostras, que vieram acrescer significativamente o esforço de controlo e em consequência influenciar o resultado deste indicador.

Importa realçar o enorme contributo dos agentes de controlo, e estruturas de coordenação técnica das Divisões de Controlo, para os resultados alcançados neste objetivo, os quais foram ainda influenciados, positivamente, pelos recursos disponibilizados à DRAPN em regime de “outsourcing”.

Detalha-se seguidamente a informação referente a estes indicadores:

Indicador 7 – ‘Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo do Pedido Único: (nº de controlos efetuados/nº. de controlos marcados)x100.

Meta – 92,5%

Tipo de controlo	Marcados	Executados	Resultado
SUP	5646	5646	100%
POC	312	312	100%
PVA	528	528	100%
PVL	92	92	100%
TOTAL	6578	6578	100%

Indicador 8 – Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo das florestas, Reforma Antecipada, PAN, Condicionalidade Animal e Ambiental / (nº de controlos efetuados/nº. de controlos marcados) x100

Meta – 80%

Tipo de controlo	Marcados	Executados	Resultado
FLORESTAS	153	153	100%
REFORMA ANTECIPADA	6	6	100%
CNDIDE	447	447	100%
PAN	5	5	100%
CNDAMB	486	486	100%
SNIOC	19	19	100%
TOTAL	1116	1116	100%

Indicador 9 – 'Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo ao Investimento. (nº de controlos efetuados/nº. de controlos marcados) x100.

Meta – 80%

O valor obtido para este indicador, 91,6%, reflete o esforço de controlo do investimento PROMAR e PRODER. O universo de ações de controlo selecionadas foi de 155, incluídas em 2 amostras referentes ao PRODER e 4 amostras PROMAR. A meta deste indicador foi assim superada.

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento destes indicadores:

OOP4: Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo											Peso:	30%
Indicadores		Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind7	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo do Pedido Único. (nº de controlos efectuados/nº. de controlos marcados)x100	100%	70%	92,5%	3%	100%	60%	Dezembro	100%	125%	Superou	25%
Ind8	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo das Florestas, Reforma Antecipada, PAN, Condicionabilidade Animal e Ambiental. (nº de controlos efectuados /nº. de controlos marcados)x 100	100%	81%	80%	5%	100%	20%	Dezembro	100%	125%	Superou	25%
Ind9	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo do Investimento	ND	ND	80%	5%	100%	20%	Dezembro	92%	115%	Superou	15%
Taxa de Realização do OOP4											100%	

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

Objetivo 5: Reduzir os custos de funcionamento

Indicador 10 – Taxa de redução dos custos de funcionamento: $[(\text{execução orçamental 2015} - \text{execução orçamental 2014}) / \text{execução orçamental 2014}] \times 100$

Meta – 0,5%

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do grau de cumprimento do presente objetivo:

OOPS: Reduzir os custos de funcionamento											Peso:	100%
Indicadores		Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind10	Taxa de redução dos custos de funcionamento. $[(\text{execução orçamental 2014} - \text{execução orçamental 2015}) / \text{execução orçamental 2014}] \times 100$	4%	21%	0,5%	0,2%	2%	100%	Setembro	2%	128%	Superou	28%
Taxa de Realização do OOPS												128%

Pressupostos	2015	2014	Diferença	Resultado
Pagamentos realizados *	1.384.849 €	1.415.658 €	30.809 €	2.2%

* (Agrupamento 02 - Despesas correntes da FF123 - Receita Própria)

O resultado alcançado reflete o esforço de poupança e o elevado controlo orçamental através da monitorização sistemática da execução orçamental.

Da análise detalhada por rubrica da despesa pública, do agrupamento 02 – despesas correntes do orçamento de receita própria pode concluir-se que o incremento de algumas rubricas de despesa foi compensado pela redução de outras, e bem assim foram potenciadas outras fontes de financiamento, a saber;

- Incremento das despesas com formação, refletindo o resultado apresentado no objetivo da formação do QUAR da DRAPN;
- Incremento das despesas com matérias-primas refletindo o desenvolvimento da atividade produtiva;
- Incremento da rubrica de locação de material de transporte refletindo o investimento na renovação do parque de viaturas;
- Poupança em peças para oficinas e outro material, face à renovação do parque automóvel
- Poupança em locação de edifícios pela cedência de um edifício arrendado.
- Poupança significativa em prestação de serviços, decorrente de serviços realizados em 2015 no âmbito de projetos ON;
- Poupança em outros serviços – pagamentos à GERAP, suportada por outra fonte de financiamento – receitas gerais.

Tal resultado foi conseguido através de um efetivo e rigoroso controlo da execução orçamental, tendente à aplicação da política definida no Orçamento do Estado para 2015, em particular a obrigatoriedade do dever de informação e a monitorização sistemática da execução orçamental da DRAPN de modo a permitir a permanente verificação do cumprimento dos objetivos orçamentais definidos para o programa 010 – Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Detalhe por rubrica

F.Finandam	Cl.Econ	Descrição	2014	2015	Diferença	Resultado
123	D0201010000	MATERIAS-PRIMAS E SU	16.501,56 EUR	24.516,69 EUR	8.015,13 EUR	49%
123	D0201020000	COMBUSTÍVEIS E LUBRI	274.679,15 EUR	241.755,11 EUR	-32.924,04 EUR	-12%
123	D0201040000	LIMPEZA E HIGIENE	8.892,90 EUR	1.951,75 EUR	-6.941,15 EUR	-78%
124	2944/D0201070	Aquisição de Bens	828,04 EUR	324,42 EUR	-503,62 EUR	-61%
123	D0201080000	MATERIAL DE ESCRITÓR	24.375,13 EUR	16.263,38 EUR	-8.111,75 EUR	-33%
123	D020108A009	MATERIAL DE ESCRITOR	919,18 EUR		-919,18 EUR	-100%
123	D0201120000	MATERIAL DE TRANSPOR	47.605,88 EUR	46.638,86 EUR	-967,02 EUR	-2%
123	D0201140000	OUTRO MATERIAL-PECAS	3.662,69 EUR	1.253,08 EUR	-2.409,61 EUR	-66%
123	D0201170000	FERRAMENTAS E UTENSÍ	4.297,18 EUR	1.628,59 EUR	-2.668,59 EUR	-62%
123	D0201180000	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO	1.491,73 EUR	435,00 EUR	-1.056,73 EUR	-71%
123	D0201210000	OUTROS BENS	20.359,53 EUR	18.589,39 EUR	-1.770,14 EUR	-9%
123	D0202010000	ENCARGOS DAS INSTALA	327.491,32 EUR	343.522,71 EUR	16.031,39 EUR	5%
123	D0202020000	LIMPEZA E HIGIENE	102.876,95 EUR	119.916,89 EUR	17.039,94 EUR	17%
123	D0202030000	CONSERVAÇÃO DE BENS	7.826,21 EUR	7.311,76 EUR	-514,45 EUR	-7%
123	D020203A009	Desp.anos anteriores	79,58 EUR		-79,58 EUR	-100%
123	D0202040000	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	4.703,90 EUR	164,56 EUR	-4.539,34 EUR	-97%
123	D0202060000	LOCAÇÃO DE MATERIAL	32.269,18 EUR	54.527,20 EUR	22.258,02 EUR	69%
123	D0202080000	LOCAÇÃO DE OUTROS BE	45.540,72 EUR	42.402,35 EUR	-3.138,37 EUR	-7%
123	D020209B000	COMUNICACOES FIXAS D	141.340,30 EUR	137.486,12 EUR	-3.854,18 EUR	-3%
123	D020209B009	Despesas ano anterio		10.952,69 EUR	10.952,69 EUR	#DIV/0!
123	D020209C000	COMUNICACOES FIXAS D	69.814,63 EUR	67.339,31 EUR	-2.475,32 EUR	-4%
123	D020209D000	COMUNICACOES MOVEIS	17.573,13 EUR	17.070,99 EUR	-502,14 EUR	-3%
123	2944/D020209E000	Outros Serv.Con.Com.	2.594,65 EUR		-2.594,65 EUR	-100%
123	D020209F000	OUTROS SERVICOS DE C	33.484,74 EUR	40.391,76 EUR	6.907,02 EUR	21%
123	D0202100000	TRANSPORTES	403,20 EUR	22,19 EUR	-381,01 EUR	-94%
123	D0202110000	REPRESENTAÇÃO DOS SE	2.831,10 EUR	5.219,53 EUR	2.388,43 EUR	84%
123	D020212B000	OUTRAS	999,44 EUR	910,47 EUR	-88,97 EUR	-9%
123	D0202130000	DESLOCAÇÕES E ESTADA	2.263,81 EUR	3.282,75 EUR	1.018,94 EUR	45%
123	D020215B000	OUTRAS	4.740,60 EUR	30.268,22 EUR	25.527,62 EUR	538%
123	D0202160000	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÃO	875,00 EUR	876,70 EUR	1,70 EUR	0%
123	D0202170000	PUBLICIDADE	555,32 EUR	1.445,10 EUR	889,78 EUR	160%
123	D0202180000	VIGILÂNCIA E SEGURAN	29,52 EUR	162,36 EUR	132,84 EUR	450%
123	2944/D020219B000	SOFTWARE INFORMATICO	2.194,05 EUR		-2.194,05 EUR	-100%
124	D020220A000	SERVICOS DE NATUREZA	17.887,27 EUR		-17.887,27 EUR	-100%
125	D020220B000	Pagamento ESPAP	39.215,50 EUR		-39.215,50 EUR	-100%
126	D020220C000	OUTROS	5.476,48 EUR	18.519,66 EUR	13.043,18 EUR	238%
127	D0202210000	UTILIZAÇÃO DE INFRAE	76.342,25 EUR	78.550,66 EUR	2.208,41 EUR	3%
128	D0202250000	OUTROS SERVIÇOS	72.636,24 EUR	51.148,48 EUR	-21.487,76 EUR	-30%
TOTAL:			1.415.658,06 EUR	1.384.848,73 EUR	-30.809,33 EUR	-2,2%

OBJETIVOS DE QUALIDADE

Objetivo 6: Assegurar o reporte ao GPP dos indicadores de desempenho comuns que permite a comparação entre as DRAP

O presente objetivo foi equacionado na sequência da aprovação de indicadores comuns de desempenho entre as cinco Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP's) e o Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), por forma a operacionalizar o disposto no art.º 16.º da Lei 66-B/2007, de 28 dez. A forma de avaliação daqueles indicadores, possibilitará a comparação e, eventual, ordenação do desempenho entre as Direções Regionais, criando-se, assim, condições suscetíveis de processos de melhoria.

Este objetivo é avaliado através de 2 indicadores de realização:

Indicador 11 – N.º de reportes enviados ao GPP (somatório anual do n.º. de reportes)

Meta - 1

No período em análise, estava previsto o envio de dois reportes ao GPP, correspondentes às monitorizações intercalares efetuadas a 30 de junho e 30 de setembro, tendo a DRAPN cumprido esta orientação.

Indicador 12 - Prazo de entrega dos reportes. N.º. de dias úteis após o fecho dos trimestres (média dos trimestres).

Meta - 32

Um reporte enviado 24 dias após o final do segundo trimestre e o segundo 30 dias após o terceiro trimestre o perfaz uma média de 27 dias.

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do grau de cumprimento do presente objetivo:

OOP6: Assegurar o reporte ao GPP dos indicadores de desempenho comuns que permite a comparação entre as DRAP										Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind11 N.º de reportes enviados ao GPP. (somatório anual do n.º. de reportes)	ND	2	1	0	3	50%	Dezembro	2	113%	Superou	13%
Ind12 Prazo de entrega dos reportes. N.º de dias úteis após o fecho dos trimestres (média dos trimestres).	ND	37	32	0	20	50%	Dezembro	27	110%	Superou	10%
Taxa de Realização do OOP7											111%

Objetivo 7: Assegurar a satisfação dos clientes

A avaliação deste objetivo é efetuada através de **2 indicadores** de realização:

Indicador 13 – Grau de satisfação do GPP, INE e IFAP (escala de Likert de 1 a 5)

Meta – 3,25

Foram realizados inquéritos para determinação do índice de satisfação do INE, do GPP e do IFAP. No que diz respeito ao **INE**, o inquérito foi realizado no âmbito dos serviços prestados pela DRAPN através da apresentação do “Relatório de Estado das Culturas e Previsão de Colheitas” e do “Quadro da Produção

Vegetal”. No caso do **GPP**, os inquéritos foram realizados no âmbito dos serviços prestados no Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) e no âmbito da Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA), vocacionados para a satisfação da qualidade das contabilidades entregues e para a “Determinação Regional do Valor da Produção Padrão”.

A notação do **INE** relativamente ao ano anterior manteve-se, tendo sido atribuída a notação de 3,9 (escala de Likert de 1 a 5) e, o **GPP** subiu as notações em dois parâmetros avaliados (VPP e RICA), e manteve a avaliação no parâmetro SIMA, registando-se a notação final de **3,8**.

Indicador 14 – Grau de satisfação dos utilizadores (escala de Likert de 1 a 5)

Meta - 3,25

O estudo recaiu num universo de 392 inquéritos aos utentes nos locais de atendimento da DRAPN, designadamente nas Divisões de Investimento e nas Delegações.

Face às respostas obtidas no inquérito a notação média obtida foi de **4,1**. A constatação deste resultado pode ser verificada em detalhe no “Relatório Final de Satisfação dos Clientes 2015”, no Anexo II, e resumidamente no presente documento, no ponto II.3. Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados.

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do grau de cumprimento do presente objetivo:

OOP7: Assegurar a satisfação do cliente										Peso:	25%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind13 Grau de satisfação do GPP, INE e IFAP (escala de Likert 1 a 5). Média das respostas dadas a cada item Likert	3,6	ND	3,25	0,5	4,5	50%	Dezembro	3,8	111%	Superou	11%
Ind14 Grau de satisfação dos utilizadores. (escala de Likert 1 a 5). Média das respostas dadas a cada item Likert	4,6	ND	3,25	0,5	4,5	50%	Dezembro	4,1	117%	Superou	17%
Taxa de Realização do OOP8										114%	

Objetivo 8: Aumentar a qualificação dos colaboradores

A avaliação deste objetivo é efetuada através de 1 indicador de realização:

Indicador 15 – Taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional (nº. de RH que frequentaram ações de formação/nº. total de RH)x100

Meta - 25%

Durante o ano de 2015, a execução do Plano de Formação (formação interna) esteve sujeita a uma conciliação das atividades/tarefas programadas por parte dos diversos serviços da DRAPN com a disponibilização dos recursos humanos envolvidos, havendo necessidade de adiamento de algumas ações.

Em termos de formação profissional frequentada internamente (ações do plano de formação e ações executadas pelas unidades orgânicas da DRAPN), verificou-se um total de 415 participações/ 248 participantes e um total de 4310,9 horas de formação frequentadas.

Por outro lado, no que respeita a formação profissional externa, verificou-se um total de 1664 participações/318 participantes, num total de 15178,9 horas de formação frequentada. Esta correspondeu a 80% do total de ações de formação frequentadas, sendo sobretudo frequentadas na modalidade de e-learning.

De acordo com os dados existentes, e no período em análise, registou-se uma taxa de 56% de trabalhadores que frequentaram ações de formação, sendo que a taxa de participantes do género masculino foi superior à taxa de participantes do género feminino, com 52% e 48%, respetivamente.

Comparativamente a período homólogo de 2014, verifica-se em 2015, uma diminuição do número de trabalhadores que participaram em ações de formação profissional (vide tabela). Contudo, registou-se um aumento do total de horas de horas de formação frequentadas e da média de horas frequentadas por participante. Os parâmetros abordados podem ser avaliados com maior detalhe no documento “Relatório Intercalar de Análise à evolução da qualificação dos RH da DRAPN”, no Anexo X.

Parâmetro	2015	2014
RH que frequentaram ações de formação (nº)	395	431
Total participações em ações de formação	2084	1465
Total de horas de formação frequentadas	19554,8	16833,8
Média de horas frequentadas por participante	49,5	39,05
Total de RH (nº)	656	646
Resultado	60,2%	66,4%

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento do indicador previsto no presente objetivo:

OOPB: Aumentar a qualificação dos colaboradores											Peso:	35%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014-Set	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind15 Taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional (nº de RH que frequentaram ações de formação/nº total de RH)x100	74%	59%	25%	5%	61%	100%	Dezembro	60%	124,31%	Superou	24%	
Taxa de Realização do OOPB												124%

II.1.4. Avaliação das Unidades homogéneas – Delegações Regionais

Delegações Regionais	Taxas de Execução		
	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Do Alto Minho	110%		
Do Alto Trás-os-Montes	110%		
Do Basto-Douro	118%		
Do Cávado-Vouga	122%		
Do Douro	120%		
Do Nordeste Trasmontano	115%		

Constata-se que as Delegações Regionais da DRAPN apresentaram um desempenho, entre si, muito próximo, com taxas de execução que variaram entre 110 e 122 %, valores que consideramos muito relevantes atendendo ao conjunto expressivo das suas atribuições. Para maior detalhe, vide “Avaliação das Unidades Homogéneas – Delegações Regionais” que consta no Anexo IX.

Os resultados obtidos evidenciam um bom desempenho traduzido na superação da maioria dos objetivos propostos nos respetivos Planos de Atividades.

II.1.5. Monitorizações e alterações

A monitorização do QUAR foi contínua tendo existido dois momentos de reporte, já referido anteriormente, de acordo com a seguinte calendarização:

- 1.º Relatório Intercalar – 04-08-2015;
- 2.º Relatório Intercalar – 11-11-2015;

A recolha de informação junto das UO foi realizada pela Direção de Serviços de Controlo e Estatística, em ficha modelo construída para este efeito. Na sequência das monitorizações referidas foram realizados dois relatórios de monitorização.

Não foram realizadas alterações ao QUAR.

II.2. Plano de Atividades – Análise dos Resultados

A demonstração e análise detalhada do contributo de cada uma das Unidades Orgânicas, respetiva atividade desenvolvida encontram-se registadas no Anexo XI.

Para avaliação do Plano de Atividades 2015 foram selecionados 14 Objetivos operacionalizados pelas diferentes unidades orgânicas. Como se pode constatar, a taxa de realização média dos indicadores selecionados para o cálculo registou a taxa de execução média de 120 %. Em termos de execução, 12 objetivos foram superados e 2 foram atingidos (Anexo VI).

II.3. Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados

Os utilizadores que interagiram com DRAP-Norte foram auscultados para apreciação do seu grau de satisfação através da realização de inquéritos. Para o efeito, foi previsto um objetivo no QUAR 2014 – objetivo 7 (Assegurar a satisfação do cliente), o qual é medido por 2 indicadores:

- Indicador 13: grau de satisfação do GPP, INE e IFAP;
- Indicador 14: grau de satisfação dos utilizadores.

A determinação do índice de satisfação do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) e do Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas (IFAP) foi efetuado com base em inquéritos realizados no âmbito dos serviços prestados através da apresentação do “Relatório de Estado das Culturas e Previsão de Colheitas” e do “Quadro da Produção Vegetal”. No caso do GPP, os inquéritos foram realizados no âmbito dos serviços prestados no Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) e no âmbito da Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA), vocacionados para a satisfação da qualidade das contabilidades entregues e para a “Determinação Regional do Valor da Produção Padrão”.

Os questionários de avaliação da satisfação foram enviados por correio eletrónico, para as entidades referidas, conforme modelos constantes no Anexo II. Na tabela seguinte apresentam-se resumidamente os itens que foram objeto de classificação por parte das entidades referidas:

Entidade	Parâmetros avaliados	Notação
INE (ECPC)	Nível geral de satisfação com a informação quantitativa transmitida	4/1
	Fiabilidade da informação quantitativa transmitida no âmbito do ECPC por grandes grupos e áreas geográficas	20/6
	Nível geral de satisfação com a informação qualitativa transmitida no âmbito do ECPC	3/1
	Nível de satisfação com a informação qualitativa transmitida no âmbito do ECPC por grandes grupos e áreas geográficas	45/13
	Nível geral com o cumprimento dos prazos e com a continuidade da informação transmitida	5/1
INE (QPV)	Fiabilidade da informação quantitativa transmitida no âmbito do ECPC por grandes grupos e áreas geográficas	28/8
	Nível geral de satisfação com o cumprimento dos prazos para a informação transmitida no âmbito do QPV	5/1
	Nível geral de satisfação com a coerência entre a informação transmitida no âmbito do ECPC e do QPV	8/2
	Média INE	3,9
INE	Comparação com o ano anterior (2014)	↔
GPP	Mercados de Produção	

(SIMA)	Tempo de resposta no registo das cotações em base de dados		60/12
	Continuidade e fiabilidade na recolha das cotações e na sua transmissão		57/12
	Qualidade das notas de conjuntura		40/11
	Qualidade das análises de campanha		26/6
	Mercados Abastecedores		
	Informação dos mercados abastecedores		56/12
	Informação dos mercados dos abates de bovinos adultos		12/3
	Informação dos stocks de maçã		10/2
SIMA		SIMA	4,5
	SIMA comparação com o ano anterior (2014)		↔
GPP (VPP)	Valor da Produção Padrão (VPP)		3,4
	Avaliação do exercício de 2014		(17/5)
	VPP comparação do exercício em relação ao ano anterior		↑
GPP (RICA)	Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA)		3,4
	Avaliação do exercício de 2014		(24/7)
	RICA comparação do exercício em relação ao ano anterior		↔
GPP IFAP		Média	3,8
			(a)

(a) Não rececionado à data de elaboração e submissão do presente relatório

Em conclusão, como se pode verificar na tabela anterior, a notação do **INE** relativamente ao ano anterior manteve-se, tendo sido atribuída a notação de **3,9** (escala de Likert de 1 a 5) e, o **GPP** subiu as notações em dois parâmetros avaliados (VPP e RICA), e manteve a avaliação no parâmetro SIMA, registando-se a notação final de **3,8**.

Para determinar o **grau de satisfação dos utilizadores** foram disponibilizados questionários em papel (conforme modelo que consta no Anexo II), aos cidadãos que se dirigiram aos locais de atendimento em 6 Delegações Regionais e Divisões de Investimento. O universo deste estudo abrange 392 inquiridos. O resultado global foi **bastante favorável**, a que correspondeu o valor de **4,1** como se pode constatar no respetivo relatório “Relatório Final de Satisfação de Clientes 2015” (Anexo II).

Conforme consta naquele documento o **motivo da visita** aos serviços da DRAPN relaciona-se com os seguintes assuntos:

- “gasóleo agrícola”, em 17 % dos inquiridos;
- “parcelário agrícola”, em 28 % dos inquiridos;
- “outros motivos”, em 13% dos inquiridos;
- “projetos de investimento”, em 20 % dos inquiridos.

Relativamente à sua **ocupação**, os inquiridos eram maioritariamente empresários agrícolas (35 %), aposentados (24 %), técnicos superiores (8%) e desempregados (5 %). No que diz respeito às suas **habilitações**, constatou-se que os inquiridos possuíam as seguintes habilitações académicas: 1º ciclo

(33%), 2º ciclo (19%), 3º ciclo (4%), ensino secundário (14%) e licenciatura (18%). No que diz respeito à **frequência de visita** aos serviços, a maioria dos inquiridos revelou dirigir-se aos serviços “menos de 1 vez por ano”, seguido de “1 ano”.

No que concerne à sua **satisfação /insatisfação** relativamente aos serviços, foi obtida a seguinte notação:

- “Acessibilidade e localização das instalações” - média e moda de 4 e desvio padrão de 1;
- “Distancia dos serviços à morada do beneficiário” - média e moda de 4; a maioria dos utentes revelou-se satisfeito (63 %) e muito satisfeito (23%);
- “acessibilidade a idosos”/“cidadãos com mobilidade reduzida” - média de 3,5 e moda de 4; a maioria revelou estar “satisfeito” (50%) e “muito satisfeito” (18%);
- “horário de atendimento” - média de 4,2, moda 4 e desvio padrão 0,6; os níveis “satisfeito” e “muito satisfeito” predominam em todos os serviços;
- “adequação das instalações ao serviço prestado” - média e moda de 4; a maioria dos inquiridos revelou estar “Satisfeito/Muito satisfeito”, excetuando a Delegação do Nordeste Transmontano, na qual prevalecem os graus “pouco satisfeito” (18%) e “satisfeito” (54%);
- “tempo de espera para ser atendido”, com a média de 4,3, a moda de 4 e o desvio padrão de 0,9; os graus “Satisfeito/Muito satisfeito” prevalecem em todos os serviços.

Adicionalmente, na globalidade dos itens associados ao parâmetro “qualidade”, registou-se a média com um valor de 4,4, uma moda de 5 e um desvio padrão de 0,9. No que diz respeito à “cortesia no atendimento” - média de 4,5, moda 5 e desvio padrão de 0,7; verifica-se a prevalência dos graus “Satisfeito/Muito satisfeito”;

No parâmetro “rigor e clareza das informações prestadas”, com a média de 4,5 e moda 5; a maioria dos inquiridos revelou estar “Satisfeito/Muito satisfeito”;

No parâmetro “capacidade de aconselhamento”, com a média de 4,4 e moda 4; a maioria dos inquiridos revelou estar “Satisfeito/Muito satisfeito”; “disponibilidade do técnico para a prestação do serviço” - média de 4,3 e moda 5; a maioria dos inquiridos revelou estar “Satisfeito/Muito satisfeito”; “competência na resolução de problemas” - média de 4,4 e moda de 5; a maioria dos inquiridos revelou estar “Satisfeito/Muito satisfeito”.

Relativamente à “relação preço /qualidade do serviço prestado” – média e moda de 4; a maioria dos inquiridos revelou estar “Satisfeito/Muito satisfeito”.

No que diz respeito aos parâmetros organizados no item “**Satisfação global com produtos e serviços**”, registou-se, na globalidade, a média de 2,6, a moda de 0 e um desvio padrão de 2,2. Neste âmbito estão incluídos os seguintes itens:

“receção de candidaturas/projetos”, com a média de 2,4, moda 0 e desvio padrão de 2,1; verifica-se a predominância dos graus “satisfeito” (32%) e “sem resposta” (46%);

“instrução de processos de licenciamento”, com a média de 2,3, moda 0 e desvio padrão de 2,2; verifica-se a predominância dos graus “satisfeito” (32%) e “sem resposta” (46%);

“atendimento nas salas do parcelário agrícola”, com a média de 2,8, moda 0 e desvio padrão de 2,1; verifica-se a predominância dos graus “satisfeito” (34%), “muito satisfeito”(27%) e “sem resposta” (35%);

“emissão de documentos P1 e P3”, com a média de 2,5, moda 0 e desvio padrão de 2,2; verifica-se a predominância dos graus “satisfeito” (35%), “muito satisfeito”(21%) e “sem resposta” (40%);

“apoio técnico e informativo prestado pelos serviços”, com a média de 3,2, moda 4 e desvio padrão de 2,2; verifica-se a predominância dos graus “satisfeito” (36%), “muito satisfeito”(34%) e “sem resposta” (28%);

“emissão de licenças e declarações”, com a média de 2,2, moda 0 e desvio padrão de 2,2; verifica-se a predominância dos graus “pouco satisfeito”(6%), “satisfeito” (28%), “muito satisfeito”(18%) e “sem resposta” (48%);

Outros parâmetros foram igualmente abordados, podendo ser avaliados com maior detalhe no Relatório em anexo.

Em termos **globais**, constata-se que as respostas se centralizaram fundamentalmente nos graus **“Satisfeito” e “Muito satisfeito”**, sendo a média do primeiro grau referido de 45% e a média do segundo (“Muito satisfeito”) de 43%. Por outro lado, relativamente aos graus de insatisfação (“Muito Insatisfeito”, “Insatisfeito” e “Pouco Satisfeito”), o primeiro apresenta valores nulos, enquanto que os graus de “insatisfeito” e “pouco satisfeito”, apresentaram os valores médios de 1 e 4%, respetivamente. Refira-se, por outro lado, que a opinião dos utentes é bastante positiva em relação à cortesia no atendimento e à confiança no trabalho desenvolvido pelos técnicos da DRAPN.

II.4. Avaliação do Sistema de Controlo Interno

A avaliação do sistema de controlo interno é determinada de acordo com o estipulado na alínea b) do nº 2 do artº 15º da Lei nº 66B/2007, de 28 de Dezembro (D.R. nº 250, I série, 1º suplemento). No anexo III apresenta-se, resumidamente, a análise do ponto da situação do referido sistema de controlo.

II.5. Ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes

Além dos objetivos operacionais plasmados no QUAR 2015, foram incluídos no Plano de Atividades 2015 os objetivos das U.O. e outras iniciativas igualmente relevantes para a concretização da estratégia institucional e para o seu desempenho global. Não se registaram incumprimentos ou resultados insuficientes no que se refere a atividades enquadradas neste item.

II.6. Medidas a adotar para um reforço positivo do desempenho

Tal como em anos transatos, a DRAPN desenvolveu a sua atividade num contexto particularmente adverso, marcado pela redução de recursos.

Por outro lado e tal como evidenciado neste relatório, a DRAPN oferece um conjunto expressivo de serviços, o que determina uma necessidade de flexibilizar e integrar procedimentos, visando maior capacidade de resposta em tempo e variedade, sem diminuir a qualidade.

Impõe-se assim que se implementem iniciativas globais de otimização e integração, claras e abrangentes, transversais a toda a organização.

No âmbito de sugestões de melhoria identificadas com base no processo de autoavaliação e apresentadas no âmbito de um plano de ação estruturado (Plano de Ações de Melhoria - Anexo XII), com o objetivo de potenciar a eficácia, eficiência e qualidade dos serviços prestados aos seus clientes internos e externos, foram concluídas as seguintes ações de melhoria, em 2015:

- Requalificação da Rede de Avisos Agrícolas (ação de melhoria 1);
- Desenvolvimento de um aplicativo de apoio à recolha de informação nos mercados abastecedores e nos mercados de produção (ação de melhoria 2);
- Desenvolvimento de um aplicativo informático para emissão de cartões de aplicadores e de operadores de venda de produtos fitofarmacêuticos (ação de melhoria 3);
- Desenvolvimento de uma aplicação informática para recolha de informação, com base no registo externo online de organizações de produtores candidatos aos pagamentos complementares à comercialização (ação de melhoria 4).

O evidenciado justifica a necessidade de dar continuidade a iniciativas de anos anteriores, mas também de implementar novas iniciativas, adequadas ao contexto atual:

- ✓ Reavaliação periódica da estratégia de gestão de recursos;
- ✓ Implementação de procedimentos de auditoria interna;
- ✓ Construção de um modelo de controlo interno que permita integrar todos os instrumentos de controlo num único sistema transversal à DRAPN;
- ✓ Aumento do número de procedimentos normalizados;
- ✓ Realização de reuniões promovidas pela Direção para reforçar a coesão e cooperação interna, visando o aprofundamento da comunicação e interação entre as diferentes Unidades Orgânicas;
- ✓ Investimento na formação dos recursos humanos, garantindo o acesso à frequência das ações de formação por parte dos colaboradores de todas as carreiras;
- ✓ Melhorar a execução do Plano de Atividades para 2016 através da monitorização sistemática de modo a detetar desvios face ao previsto e a adotar medidas corretivas em tempo útil;
- ✓ Melhorar a eficiência operacional dos serviços, nomeadamente deslocações e comunicações;

- ✓ Identificação das áreas que deverão ser objeto de aperfeiçoamento operacional de modo a garantir a satisfação dos clientes / utilizadores através de inquéritos de satisfação aos trabalhadores / clientes / utilizadores.

II.7. Comparação com o desempenho de serviços idênticos

Não foram tomadas quaisquer iniciativas passíveis de enquadramento neste âmbito.

II.8. Audição dos dirigentes intermédios e demais colaboradores

Os dirigentes intermédios e demais trabalhadores da DRAP-Norte foram auscultados para apreciação do seu grau de satisfação através da realização de inquéritos disponibilizados na intranet (conforme modelo constante no anexo IV).

Este questionário visou, fundamentalmente, abordar o grau de satisfação com a Organização, a gestão e sistema de gestão, analisando, separadamente, a gestão de topo e a gestão de nível intermédio, as condições de trabalho, o desenvolvimento na carreira e o nível de liderança, quer do gestor de topo, quer do gestor de nível intermédio.

Para o apuramento dos dados relativos ao grau de satisfação deste grupo (colaboradores da DRAP-Norte) procedeu-se à revisão dos questionários de avaliação sobre os serviços prestados (*Audição dos Dirigentes Intermédios e demais colaboradores - Relatório*, colocado no anexo IV).

Na tabela que se segue apresenta-se em resumo o universo da dimensão da amostra e frequência de questionários respondidos ou não:

Designação	Dimensão da Amostra	%
Universo	656	100
Respostas	46	7
Não Respostas	610	93

Os resultados apurados (vide *Audição dos Dirigentes Intermédios e demais colaboradores - Relatório*) que consta no Anexo IV, permitem concluir, em termos globais, que houve uma fraca adesão dos trabalhadores em responderem ao questionário (cerca de 7%). Naquele relatório são propostas algumas ações de melhoria tendo por objetivo aumentar a participação dos trabalhadores neste inquérito, designadamente, que os trabalhadores sejam alertados superiormente para a necessidade de resposta ao questionário, estando porém garantido o seu anonimato, a simplificação do questionário e disponibilização do mesmo por um período alargado.

Apesar de se tratar de um universo de respostas que não reflete o todo da DRAPN, apresenta-se sumariamente, os resultados, destacando-se o seguinte: cerca de 71% estavam satisfeitos/muito satisfeitos com a organização, em termos globais; já no que respeita à gestão / sistema de gestão, o grau

“satisfeito” diminuiu para 47%. É de relevar a satisfação dos trabalhadores com as condições de trabalho, situando-se acima de 85%, agregando os graus “Muito satisfeito”/“Satisfeito”. No que respeita ao desenvolvimento na carreira, 59% dos inquiridos revelaram estar “Muito insatisfeitos” a “Pouco satisfeitos”. Os níveis de motivação apresentam valores acima dos 79%, agregando os graus “Satisfeito” e “Muito satisfeito”. A satisfação com a liderança (gestão de topo e gestão de nível intermédio) é semelhante situando em valores de 64% e de 69%, respetivamente, agregando os valores dos graus “Satisfeito” e Muito satisfeito”.

Os parâmetros abordados podem ser avaliados com maior detalhe no documento “*Audição dos Dirigentes Intermédios e demais colaboradores - Relatório*”, em anexo.

PARTE III – RECURSOS AFETOS

III.1. Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO (valor absoluto)
Dirigentes – Direção Superior	3	3	0
Dirigentes – Direção Intermédia	25	25	0
Técnico Superior (incl. especialistas de informática)	307	304	3
Coordenador Técnico	3	4	-1
Assistente Técnico	252	252	0
Assistente Operacional	63	68	-5
Total*	653	656	-3

*Nº de efetivos no serviço a exercer funções em 31 de dezembro

Informação mais desagregada sobre a distribuição dos trabalhadores por carreira e Unidade Orgânica poderá ser consultada no Anexo V (Mapa de Pessoal), para 2015, aprovado superiormente pela Tutela Ministerial.

Pontuação dos Recursos Humanos

Quadro de Meios Humanos QUAR_2015								
Recursos Humanos	Pontuação (a)	Pontuação efetivos Planeados para 2015			Pontuação efetivos Executados para 2015			Desvio (valor absoluto)
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	UERHP	Pontuação Final	N.º de efetivos a 31.dez.2014 (Balanço Social)	UERHE	Pontuação Final	
		(b)	(c) = (227 x b)	(d) = (a x b)	(e)	(f) = \sum dos dias de trabalho efetivo por trabalhador em cada carreira	(g) = (a x e)	
Dirigentes - Direção Superior	20	3	705	60	3	672	60	0
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16	25	5.875	400	25	5.574	400	0
Técnico Superior (Inclui Especialistas de Informática)	12	307	72.145	3.684	304	63.432	3.648	3
Coordenador Técnico	9	3	705	27	4	908	36	-1
Assistente Técnico (Inclui Técnicos de Informática)	8	252	59.220	2.016	252	52.168	2.016	0
Encarregado geral operacional	7	0	0	0	0	0	0	0
Encarregado operacional	6	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	5	63	14.805	315	68	13.543	340	-5
Total:		653	153.455	6.502	656	136.297	6.500	-3
Unidade Equivalente de Recursos Humanos Planeados (UERHP) - 2015	235	Nº de efetivos no Serviço e exercer funções em: 31.dezembro.2014			Nº de efetivos no Serviço e exercer funções em: 31.dezembro.2015			Taxa de utilização de RH
		653			656			100%
Taxa de variação de RH (%)		-11%						

A dinâmica dos recursos humanos da DRAPN poderá ser consultada no Anexo VIII (Balanço Social). No ano de 2015, ocorreu uma redução do número de postos de trabalho ocupados (-11%). Por outro lado, registou-se um aumento na média etária dos trabalhadores: os trabalhadores têm idade superior a 35 anos; com idade inferior a 45 anos representam 6,7% do total; no entanto, os trabalhadores com idade superior a 54 anos representam 58,1%. Esta elevada assimetria da estrutura etária tem uma influência negativa ao nível da transmissão de conhecimento, da inovação e introdução de novos métodos de trabalho.

O nível das habilitações literárias dos trabalhadores tem aumentado de forma significativa nos últimos anos, atualmente cerca de 30% possui uma licenciatura.

A assimetria entre géneros verificada ao nível do universo dos trabalhadores da DRAPN (54,6 % M: 45,4% F) e ao nível das habilitações literárias, origina uma distribuição assimétrica nas carreiras dos trabalhadores, sendo mais representativo o género masculino nos técnicos superiores e o feminino nos assistentes técnicos, principalmente nos grupos etários mais elevados. Relativamente aos assistentes operacionais, a distribuição entre géneros é idêntica.

No que concerne a cargos de chefia, os três cargos de direção superior são integralmente ocupados por homens; os dirigentes Intermédios de 1º grau são maioritariamente do género feminino (25% M:75% F); quanto aos cargos de direção intermédia existe uma repartição igualitária entre sexos.

A alocação de recursos humanos por unidade orgânica encontra-se em estreita relação com os serviços por estas prestada.

III.2. Recursos financeiros

O ano de 2014 caracterizou-se pela continuidade em garantir um efetivo e rigoroso controlo da execução orçamental, tendente à aplicação da política definida no Orçamento do Estado para 2014, por forma a cumprir as metas orçamentais acordadas no Programa de Assistência Económica e Financeira.

Na tabela seguinte encontra-se resumido o orçamento de funcionamento:

Designação	Planeado	Executado	Desvio
Pessoal	16.491.925,00€	17.619.340,00€	(+) 1.127.415,00€
Aquisições de Bens e Serviços	2.563.749,00€	1.940.436,00€	(-) 623.313,00€
Outras Despesas Correntes	78.688,00€	25.241,00€	(-) 53.447,00€
Aquisição de Bens de Capital	2.231.882,00€	448.994,00€	(-) 1.782.888,00€
Total	21.366.244,00€	20.034.011,00€	(-) 1.332.233,00€

Decorrente da enorme dispersão geográfica dos serviços da DRAPN, as principais despesas no âmbito do OE Funcionamento, excluindo as despesas com o pessoal, abrangem principalmente encargos com instalações, (energia; limpeza e higiene e comunicações) e deslocações, (combustíveis e ajudas de custo). Por outro lado, as despesas de capital representaram apenas cerca de 2,2% do orçamento.

PARTE IV – SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O contributo de cada uma das Unidades Orgânicas e respetiva atividade desenvolvida encontra-se no Anexo XI.

Identificam-se ainda algumas atividades desenvolvidas por parte da Direção da DRAP-N, enquadradas no anexo VII. De relevar ainda, entre outras, a participação em reuniões de trabalho com clientes, preparação de resposta a assuntos solicitados superiormente pela Tutela Ministerial, participação na formulação e aplicação dos instrumentos de política, e assuntos de âmbito interno, nomeadamente, o reforço da coesão e da cooperação interna e a melhoria da capacidade de resposta institucional.

IV.1. Apuramento dos resultados do Plano de Atividades

A avaliação do Plano de Atividades encontra-se no Anexo VI.

PARTE V – BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social encontra-se no Anexo VIII.

PARTE VI – AVALIAÇÃO FINAL

VI.1. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados obtidos

Ao longo do presente documento foi relatada a atividade desenvolvida no ano de 2015 através da análise de dados quantitativos e qualitativos que constituem um testemunho dos bons resultados alcançados pela DRAP-Norte, pese embora as reduções verificadas nos recursos humanos face ao planeado, assim como da despesa de funcionamento. Da análise dos resultados obtidos, fica demonstrado:

- A superação das metas nos 15 indicadores do QUAR, com uma taxa de realização média do QUAR de 116%;
- Apresentação de taxas de realização dos indicadores não muito discrepantes relativamente às metas planeadas;
- Foi efetuada uma cuidadosa gestão orçamental consubstanciada numa execução final do orçamento de funcionamento inferior à dotação disponível – obteve-se uma redução da despesa em – 2,2 %;
- Os três parâmetros – Eficácia, Eficiência e Qualidade - foram superados, face ao previsto, de acordo com o quadro apresentado seguidamente (vide resultado global da avaliação final da DRAPN, em baixo);
- O grau de utilização dos recursos humanos foi inferior ao planeado;
- O grau de satisfação dos utilizadores relativamente à apreciação global do serviço teve a notação de 4,1 tendo as respostas se centralizado fundamentalmente nos graus “Satisfeito” e “Muito satisfeito”. A opinião dos utentes é bastante positiva em relação à cortesia no atendimento e à confiança no trabalho desenvolvido pelos técnicos da DRAPN.
- O grau de satisfação dos clientes institucionais manteve-se relativamente ao ano anterior.
- A taxa de realização média do Plano de Atividades foi de 120%;
- O resultado global da avaliação final da DRAPN resume-se no quadro seguinte:

EFICÁCIA	EFICIÊNCIA	QUALIDADE
Ponderação 50%	Ponderação 20%	Ponderação 30%
112%	128%	117%

VI.2. Breve análise sobre a execução global do Plano de Atividades e seu reflexo na articulação com os objetivos da política pública

A taxa de realização do Plano de Atividades e do QUAR reproduzem o bom desempenho da DRAP Norte, como foi demonstrado anteriormente.

Seguidamente apresenta-se uma matriz de alinhamento estratégico que permite relacionar os objetivos da Política Pública (nível 1) com os objetivos definidos para a DRAPN - de nível 2, “Estratégico” e de nível 3, “Operacional”. Os objetivos da Política Pública estão consubstanciados na Carta de Missão, no Programa do XIX Governo e no documento “Grandes Opções do Plano 2012-2015, atualizado pelo documento “Grandes Opções do Plano para 2015”, em 5.4 “Agricultura e Mar”, que consta na Lei nº 82-A/2014, de 31.12.

Nível 1 – Política Pública	Nível 2 – Estratégico DRAPN	Nível 3 - Operacional
<p>“Racionalizar as despesas de funcionamento das Administrações Públicas” (in: Programa do XIXº Governo, pg. 15);</p> <p>Objetivo a atingir constante na Carta de Missão: “Otimizar a gestão de recursos e controlar os custos de funcionamento”</p>	<p>OE 2: Otimizar a gestão de recursos</p>	<p>OOP5: Reduzir os custos de funcionamento</p>
<p>“O Governo assume o papel de facilitador do desenvolvimento agrícola no seu modo de atuação e de relacionamento com os agricultores” (in: Programa do XIXº Governo, pg. 55)</p> <p>Objetivo a atingir constante na Carta de Missão: “Garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados – aperfeiçoamento dos instrumentos organizacionais e sistemas de informação existentes e a articulação com os serviços do MAM”</p>	<p>OE 3: Garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados</p>	<p>OOP6: Assegurar o reporte ao GPP dos indicadores de desempenho comuns que permite a comparação entre as DRAP;</p> <p>OOP7: Assegurar a satisfação do Cliente;</p> <p>OOP8: Aumentar a qualificação dos colaboradores</p>
<p>Objetivo a atingir constante na Carta de Missão: “Garantir a execução dos planos oficiais de controlo relativos aos regimes de apoio da política agrícola comum”</p>	<p>OE 1: Contribuir para o reforço da competitividade e da sustentabilidade do meio rural e das pescas</p>	<p>OOP4: Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo</p>

<p>“Prosseguimento do Programa Nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola 2014-2018”</p> <p>(In: “Grandes Opções do Plano para 2012-2015”, atualizado por “Grandes Opções do Plano para 2015” - Lei nº 82-A/2014, de 31.12)</p> <p>Objetivo a atingir constante na Carta de Missão:</p> <p><i>“Assegurar a plena execução dos instrumentos de apoio aos setores agrícola e das pescas”</i></p>	<p>OE 1: Contribuir para o reforço da competitividade e da sustentabilidade do meio rural e das pescas</p>	<p>OOP3: Garantir a Execução de RARRV e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis</p>
<p>“Prossecução da valorização e diversificação económica dos territórios”</p> <p>(In: “Grandes Opções do Plano para 2012-2015”, atualizado por “Grandes Opções do Plano para 2015” - Lei nº 82-A/2014, de 31.12)</p> <p>Objetivo a atingir constante na Carta de Missão:</p> <p><i>“Assegurar a plena execução dos instrumentos de apoio aos setores agrícola e das pescas”</i></p>	<p>OE 1: Contribuir para o reforço da competitividade e da sustentabilidade do meio rural e das pescas</p>	<p>OOP1, OOP2 e OOP3: Garantir a execução dos programas de desenvolvimento rural, das pescas e apicultura, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores, aos pescadores e outros agentes elegíveis</p>

Em linha com as prioridades de diminuição da despesa pública, de reduzir custos do Estado e de procurar novos modelos mais eficientes de funcionamento que decorria do Programa do XIX^o Governo, enquadra-se o resultado alcançado pela DRAP-N de redução dos custos de funcionamento em - 2 %, consubstanciado no Objetivo nº 5.

Neste contexto, em decorrência da necessidade de resposta a um elevado número de Pedidos de Apoio (PA) e de Pedidos de Pagamento (PP) efetuados no ano de 2015, no âmbito da execução do PRODER, foram alocados RH para estas funções, sem no entanto ter ocorrido, globalmente, um aumento do número de postos de trabalho ocupados relativamente ao planeado, como já referido anteriormente no presente relatório no ponto III.1 (Recursos Humanos).

Esta prática está de acordo com os objetivos fixados pelo Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), mantendo-se a restrição dos recrutamentos e o reporte trimestral respeitante ao plano de redução de efetivos, no âmbito da resolução do Conselho de Ministros 22/2012 de 9 de Março e com o Programa do XIX^o Governo no qual está subjacente, passando a citar o capítulo “O Desafio da Mudança”, “....a racionalização das estruturas do Governo, sendo necessário reduzir custos do Estado

procurar novos modelos mais eficientes de funcionamento, o Governo deve dar o exemplo ao País e reduzir a sua estrutura organizativa e de custos”⁶

VI.3. Proposta de menção qualitativa pelo Dirigente Máximo do Serviço

Na sequência dos resultados obtidos na autoavaliação e de acordo com o disposto no artigo 18º do nº 1 da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro, propõe-se que seja atribuída a menção qualitativa de desempenho de “BOM”.

VI.4. Conclusões prospetivas

A construção europeia e o processo de integração das economias europeias tem sido um desafio para as administrações públicas de todos os Estados-Membros. Desde então, em resposta a cidadãos mais exigentes em serviços de qualidade e mais exigentes em transparência e “accountability” no uso responsável dos recursos públicos, tem sido levado a cabo um esforço de modernização da administração pública e o aprofundamento da cultura de um serviço público orientado para o cidadão.

A capacidade dos serviços públicos para atuarem de forma eficaz e eficiente depende das respetivas políticas e práticas de gestão. Por outro lado, para se determinar o seu desempenho, é necessário medir, quantificar e avaliar, com rigor, as suas atividades, práticas e processos.

Em linha com as orientações estratégicas que constavam no documento “Grandes Opções do Plano para 2015”⁷, a DRAPN, visando a simplificação de processos e procedimentos para melhorar a gestão e a eficiência da utilização dos recursos e, consequentemente, o aumento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados enquanto entidade pública, tem em curso o desenvolvimento de aplicativos de criação de novas bases de informação no âmbito das seguintes linhas de atuação:

- Desenvolver um projeto-piloto de autoavaliação da DRAPN segundo a estrutura e preceitos do modelo CAF (“Common Assessment Framework”) e de acordo com as orientações preconizadas pelo GPP, visando a sua aplicação em 2016/2017; no ano em curso foi desenhado o ante-projeto.
- Dar continuidade à desmaterialização de processos e procedimentos;
- Harmonizar e simplificar procedimentos;
- Reforçar a formação dos trabalhadores para o desempenho de funções menos especializadas e mais polivalentes;

⁶ Programa do XIX Governo Constitucional, Presidência do Conselho de Ministros, O Desafio da Mudança, p. 13

⁷ Grandes Opções do Plano 2015 – Lei nº 82-A/2014, de 31 de dezembro

Por outro lado, da análise dos questionários realizados aos trabalhadores e dirigentes, serão operacionalizadas as seguintes sugestões:

- Dar continuidade à modernização de equipamentos informáticos e atualização de software;
- Incrementar o envolvimento dos trabalhadores na implementação e divulgação dos instrumentos de gestão;
- Revisão do questionário de satisfação dos trabalhadores e disponibilização durante um período alargado de acesso ao mesmo, com o objetivo de aumentar a sua participação no processo de melhoria contínua da organização;

Numa perspetiva de gestão de procedimentos internos, a DRAPN irá dar continuidade à revisão de procedimentos redundantes ao nível dos vários processos sob sua gestão.

Igualmente em linha com o documento de orientação estratégica “Grandes Opções do Plano para 2015”, a DRAPN tem promovido a recomposição funcional dos serviços, realocando trabalhadores a determinados serviços e funções para fazer face às exigências de um serviço público mais eficiente e eficaz e para dar resposta atempada às exigências da implementação de um novo quadro comunitário de apoio à agricultura, concretizando a estratégia de adoção de soluções equilibradas de modo a evitar ruturas entre quadros de programação e assegurar a continuidade e previsibilidade dos investimentos.

PARTE VII – ANEXOS

Anexo I – Monitorização QUAR_2015

Anexo II– Satisfação dos Clientes_2015

Anexo III – Sistema de Controlo Interno

Anexo IV– Audição dos trabalhadores

Anexo V – Mapa de Pessoal

Anexo VI – Avaliação do cumprimento do PA_2015

Anexo VII – Sessões participadas Direção

Anexo VIII – Balanço Social

Anexo IX - Avaliação das Unidades Homogeneas

Anexo X – Formação

Anexo XI – Atividade desenvolvida pelas U.O.

Anexo XII – Plano de Melhorias 2015